



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**APELOS À SECURITIZAÇÃO: uma análise da justificação de intervenções militares
na era Putin**

BRASÍLIA

2023

RODRIGO VIEIRA DA LUZ DOS REIS

**APELOS À SECURITIZAÇÃO: uma análise da justificação de intervenções militares
na era Putin**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA

2023

RODRIGO VIEIRA DA LUZ DOS REIS

**APELOS À SECURITIZAÇÃO: uma análise da justificação de intervenções militares
na era Putin**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA, 26 DE MAIO DE 2023

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

RESUMO

A guerra russo-ucraniana pode ser considerada um marco inicial da nova ordem internacional que está sendo construída atualmente. Diante das sanções econômicas e do isolamento do Estado russo, pensou-se que facilmente o presidente russo Vladimir Putin seria deposto e a “operação militar especial” seria interrompida. No entanto, as razões que o levaram ao ataque contra um outro Estado são compartilhadas também por aqueles que o colocaram no poder. Esta monografia tem como objetivo argumentar que a permanência da legitimidade de Putin frente à invasão da Ucrânia se deve ao processo de securitização bem-sucedido da expansão da OTAN e da UE de modo que a população passasse a apoiar uma maior centralização do poder estatal e uma política externa mais agressiva em defesa da soberania e da identidade russas. Como se deu esse processo? Primeiro, é apresentada uma conjuntura histórica e política da Rússia após o colapso da URSS, especialmente durante o governo Putin, explorando a evolução da ideologia no seu regime, a herança autoritária na configuração atual do Estado russo e o cenário geopolítico que justifica a política externa russa atual. Esses elementos contribuirão para a análise dos 4 discursos do presidente Putin que antecedem as agressões cometidas pelo país no século XXI a partir de três apelos: à história e cultura comuns à região pós-soviética, ao direito internacional e à proteção da população russa que vive fora do seu território de origem. O intuito desta arguição é identificar as mudanças sociais que levam o agente securitizador a modificar seu discurso a fim de manter a legitimidade e de produzir um maior impacto sobre a ameaça que se apresenta.

Palavras-chave: Putin. Rússia. Securitização. Discurso. Estado. Análise

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Framework of Securitization</i>	08
Figura 2 – <i>Securitization analysis in context</i>	10
Figura 3 – <i>The Five Strands of Securitization</i>	13

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Desenvolvimento.....	3
1. Uma nova geração de tradutores.....	3
1.1 Teoria da securitização e a escola de Copenhague.....	3
1.2 Uma teoria pós-Copenhague.....	7
1.3 Processos de securitização em regimes não democráticos.....	11
2. O dilema da transição de regime na Rússia.....	14
2.1 O papel da ideologia na era Putin.....	15
2.2 O legado soviético na Rússia pós-1991.....	23
2.3 A geopolítica do <i>near abroad</i> e a diáspora russa.....	32
3. Análise.....	37
3.1 Discurso 2007.....	38
3.2 Discurso 2014.....	42
3.3 Discurso 2015.....	46
3.4 Discurso 2022.....	49
Considerações finais.....	56
Referências Bibliográficas.....	59

Introdução:

A recente invasão russa à Ucrânia certamente atraiu grande parte da atenção da comunidade acadêmica de Relações Internacionais, especialmente dos estudos de segurança. A intenção aqui não é a de destacar uma perspectiva jamais retratada antes sobre o problema, mas, ao contrário, ressaltar que esta não é uma agressão unilateral, e que é possível localizar padrões e adaptações ao longo da história da política externa russa do pós-guerra que não responderam unicamente (nem necessariamente) às mudanças na distribuição das capacidades materiais dos Estados.

Ao contrário das transições democráticas na Alemanha e no Japão, que optaram por uma postura sem hostilidades no ambiente internacional, após o colapso da União Soviética, a Rússia manteve o teor intervencionista sobre os países vizinhos, seja fornecendo armas, seja invadindo territórios. Isto se reflete na guerra do Karabakh, nas duas guerras na Chechênia, nas guerras da Geórgia, na guerra civil do Tajiquistão e, mais recentemente, a anexação da Crimeia e o apoio às regiões separatistas de Donetsk e Lugansk na Ucrânia.

A atenção se volta mais para este último considerando a importância de Kiev tanto para o império russo como para a União Soviética no passado e, atualmente, por ser o maior país da Europa, com um exército muito maior do que as de outras ex-repúblicas, pelo seu potencial econômico e estratégico, além da maior disposição em se incluir à ordem internacional liberal e do dilema de segurança que sofre desde o acordo nuclear entre EUA e Rússia em 1994. No entanto, o retrospecto dos outros conflitos nos faz perceber uma característica importante: eles não foram “feitos para acabar”. À exceção dos conflitos pela integridade territorial russa, que foram fortemente reprimidos, as guerras parecem anteceder a própria ameaça existencial desses Estados visto que a “agressão prévia” serve para manter estes países sob o domínio econômico, político e social da grande herdeira do império soviético. Assim, é possível dizer que o prolongamento da guerra da Ucrânia pode ser a principal ferramenta estratégica da política externa russa na contenção da expansão da União Europeia e da OTAN.

Há uma outra razão para justificar a maior relevância dada às intervenções recentes: a disputa com a Europa ocidental pela hegemonia no Leste europeu. A crescente influência ocidental na região pós-soviética acendeu um sinal de alerta para o regime russo quanto à possibilidade deste ser ameaçado por rebeliões ainda maiores e mais frequentes do que no período de desintegração da URSS. Desse modo, uma boa parte da securitização da “marcha para o Leste” pode ser atribuída a uma tentativa de obter coesão social e legitimidade por parte

da população russa e, de fato, a estratégia se mostrou bem-sucedida, mas qual foi o fundamento para este majoritarismo?

É o que se busca responder neste trabalho, cujo intuito é apresentar de que forma o governo russo, personificado na retórica do presidente Vladimir Putin, securitizou a expansão da ordem política ocidental e despertou a população para a necessidade de uma postura mais ativa e agressiva na política internacional. Como base metodológica, será utilizada a análise de quatro discursos do Putin para compreender quais são os elementos linguísticos e sociológicos que compõem o argumento de securitização, observando especialmente as transformações que este sofreu para continuar mantendo o apoio popular e, ao mesmo tempo, ampliar a dimensão da sua agressividade para um novo conflito indireto com os Estados Unidos.

Num primeiro momento, será apresentada a teoria da securitização com a contribuição da escola de Copenhague para os estudos de segurança e a nova geração pós-Copenhague que dá uma maior ênfase nas relações de poder presentes nas práticas discursivas. Além disso, será introduzida a teoria da análise de discurso, com um enfoque na perspectiva crítica de Norman Fairclough por ser mais voltada para os efeitos sociais dos atos discursivos. Aliado a isso, está a abordagem histórica do discurso como uma das principais metodologias utilizadas dentro da análise crítica para uma melhor compreensão das narrativas e *frames* empregadas por Putin em seus discursos.

Segundo, será aplicada a própria contextualização histórica, utilizada posteriormente para a arguição. Esse pano de fundo envolve, primeiramente, a fundamentação para o apelo à história e cultura comuns a todo o povo russo, tendo como elementos a religião ortodoxa, o pan-eslavismo e o idioma. Num segundo nível, está a reflexão sobre os limites e a natureza da transição democrática do regime soviético, discorrendo sobre o modelo democrático que se instaurou na Rússia e de que maneira o governo utiliza isso para se justificar perante o sistema internacional e defender a pauta contra abusos de poder segundo o direito internacional. Numa terceira dimensão, a regional, está a razão para a percepção de ameaça russa, a defesa de uma ordem multipolar e as incertezas quanto aos rumos desta guerra. A bibliografia selecionada auxiliará no entendimento da conjuntura geopolítica russa após a queda da URSS e esclarece o porquê dela ser ainda vista como inimiga do Ocidente. São três aspectos presentes em todos os discursos, que não necessariamente são centrais para o propósito do discurso, mas que compõem muitos dos argumentos utilizados pelo estadista para se justificar, ou para a vanglória, ou para a vitimização.

Por último, está o estudo de caso deste trabalho, que consiste numa análise dos 4 discursos do presidente russo que antecedem alguma ofensiva na sua zona de influência: o discurso na conferência de segurança de Munique que antecede a invasão à Geórgia em 2008; o “discurso crimeano”, anterior à anexação da Crimeia; o discurso na 70ª Assembleia Geral da ONU em 2015, que antecedeu os ataques aéreos sobre o território sírio; o discurso que antecede a invasão à Ucrânia em 2022.

Ao final, espera-se observar as semelhanças e diferenças entre os discursos, a fim de constatar de que forma a securitização da expansão da OTAN e da UE para o Leste promovida por Putin conseguiu ser bem-sucedida e como o modelo de democracia iliberal presente na Rússia atual afeta esse processo.

DESENVOLVIMENTO

CAP. 1 - Uma nova geração de tradutores:

Nesta seção do trabalho, a intenção é apresentar a teoria da securitização e seus fundamentos teóricos para a posterior análise do fenômeno. Em primeira instância, vale ressaltar o trabalho da escola de Copenhague, seus principais expoentes e sua estrutura de análise que foi a base para a aplicação da análise discursiva nos estudos de segurança internacional. Após, encontra-se o desenvolvimento de uma perspectiva pós-estruturalista à teoria da securitização culminando no trabalho da segunda geração da escola de Copenhague, que destaca a existência de relações de poder a serem consolidadas ou questionadas a partir da agenda discursiva que se propõe. Por fim, trata-se a metodologia que será utilizada ao final deste trabalho, voltada para a securitização promovida por ordens não democráticas.

1.1 Teoria da securitização e a escola de Copenhague:

A teoria da securitização foi desenvolvida por Barry Buzan, Ole Waever, Jaap de Wilde, entre outros, que receberam o nome de escola de Copenhague por seus escritos produzidos no Instituto de Pesquisa de Paz e Conflito (COPRI, sigla em inglês) em Copenhague, nos anos 90.

Tal proposta apresentada por eles era vista como uma terceira via no contexto do debate a respeito do conceito de segurança nos anos 1980. Por um lado, uns defendiam uma definição mais ampla de segurança e propuseram incluir conceitos como segurança econômica e ambiental e novos objetos referentes, isto é, estenderam para além do estadocentrismo tradicional (STRITZEL, 2014). Já outros, proponentes de um conceito estrito, argumentaram que se a agenda de segurança fosse ampliada demais, os estudos de segurança perderiam seu foco e coerência (STRITZEL, 2014). A escola de Copenhague inova ao tratar a segurança não

como subjetiva ou objetiva, mas como uma construção intersubjetiva entre os tomadores de decisão e sua população (STRITZEL, 2014).

Para Copenhague, a segurança precisa ser lida num contexto de “estado de exceção”, ou seja, é o movimento que leva a política para além das normas estabelecidas e estrutura a questão ou como um tipo especial (excepcional) de política ou mesmo como evadindo para além da política. Logo, uma questão pública pode migrar no espectro de não-politizada (o Estado não lida com o assunto), passando pela politização (quando tal pauta passa a fazer parte da opinião pública e a envolver disputa de interesses entre grupos sociais distintos), para securitizada (quando a questão é apresentada como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais) (BUZAN et al., 1998). No entanto, não existe uma ameaça existencial absoluta, necessitando se esclarecer qual o objeto referente que está ameaçado, que pode ser o Estado, a população, o território, a identidade, a ordem social, o meio ambiente ou os sistemas financeiros.

Assim, segurança “*is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society)*” (BUZAN et al., p. 23, 1998). Tal questão, quando bem-sucedida em termos de aceitação da audiência, constitui-se numa questão securitizada, e o processo é chamado de securitização (BUZAN et al., 1998).

Por outro lado, os teóricos desse mecanismo não se posicionam quanto ao “ranqueamento” da agenda securitária, estabelecendo quais assuntos são mais importantes. Desse modo, a escola de Copenhague trouxe uma nova contribuição para os estudos de segurança internacional, a classificação dos temas em 5 setores (econômico, político, militar, societal e ambiental), que não apresentam hierarquia prévia entre si. Porém, a teoria da securitização implica na construção discursiva de um consenso em torno da necessidade de se tomar medidas emergenciais com relação a um tema, não importando qual seria a sua categorização. Portanto, a teoria da securitização sofre grande influência da teoria do ato discursivo e da filosofia da linguagem, além da contribuição do pós-estruturalismo e do construtivismo no campo de Relações Internacionais.

Para Austin, um ato discursivo consiste de três principais elementos: locucionário, que se refere à compreensão convencional da fala como um ato de dizer alguma coisa para então ser julgada como verdadeira, falsa ou sem sentido; ilocucionário, que diz respeito ao ato de se dizer algo, ou seja, o ato é realizado assim que a sentença é proferida; e perlocucionário, que se refere à consequência ou ao efeito de dizer, ou seja, o ato por dizer algo que faz outra pessoa fazer

algo por causa da afirmação (STRITZEL, 2014). Apesar de se reconhecer a importância do lugar do ato discursivo dentro de contextos mais amplos, foi o elemento ilocucionário que mais chamou a atenção da escola de Copenhague, visto que permite argumentar que a afirmação de segurança é mais do que afirmar ou descrever algo, mas a performance de uma ação com o potencial de criar uma nova realidade na qual uma questão é tratada (STRITZEL, 2014).

Além disso, o conceito de ato discursivo permite argumentar que a segurança é mais do que uma situação dada, pronta para ser descrita. Sua compreensão depende da performance de um ato (de fala) com o potencial não só de descrever mas de criar uma “nova” realidade na qual uma questão é tratada no modo de um estado de exceção (STRITZEL, 2014). Assim, o foco conceitual dos estudos de segurança deixa de ser pautado na veracidade da ameaça, mas nos efeitos da afirmação de segurança. Contudo, a escola de Copenhague não trouxe mais detalhes sobre como a teoria da securitização se relaciona com as outras duas dimensões de atos discursivos.

Waever ainda concilia a teoria do ato discursivo com o pós-estruturalismo de Jacques Derrida, o que faz somente nos seus escritos individuais e em manuscritos não publicados. O que mais chama a atenção de Waever é a crítica que Derrida faz ao argumento de John Austin. Segundo este, o que determina uma asserção como, de fato, uma asserção é a “situação total” (ou contexto) no qual ela é usada (STRITZEL, 2014). Waever, sustentado pelo pensamento de Derrida, discorre que “‘context’ (...) is a doubtful concept because it tends to imply the traditional sender-receiver view of communication where an original meaning can be retrieved if only put in the proper context.” (Waever, p. 11, 2004 *apud* STRITZEL, p. 24, 2014). Isto é, não há um fundamento absoluto para se definir qual é o contexto sob o qual o ato discursivo está envolto. A esse respeito, Derrida defende que, estritamente falando, não existe contexto apropriado ou falante apropriado de uma declaração, ou seja, não existe nenhum contexto ao qual uma afirmação pertença de uma vez por todas, ancorada a fim de garantir seu significado (STRITZEL, 2014).

Logo, não é possível aplicar padrões objetivos de segurança porque eles tratam do futuro, de alternativas futuras e também sobre contra fatos (elementos que contradizem ou negam o estado atual das coisas) (BUZAN et al., 1998). Além disso, a contribuição de Derrida serve para ressaltar o fato de que não é possível tomar uma decisão quanto à ameaça cientificamente, mas politicamente, tendo em vista que a medida para segurança depende da escolha da audiência de aceitar os efeitos da securitização (BUZAN et al., 1998).

Diante de muitas tensões teóricas e da impossibilidade de se delimitar o campo da teoria de securitização de forma clara, a escola de Copenhague realizou algumas modificações em direção a uma teoria compreensiva da securitização, que envolve 3 elementos: o ato discursivo, o ator securitizador e a audiência (STRITZEL, 2014). Com base nessa tríade, a escola de Copenhague forma as “condições facilitadoras”:

“1. the demand internal to the speech act of following the grammar of security.

2. the social conditions regarding the position of authority for the securitizing actor – that is, the relationship between speaker and audience and thereby the likelihood of the audience accepting the claims made in a securitizing attempt; and

3. features of the alleged threats that either facilitate or impede securitization.” (Buzan et al., p. 33, 1998 apud STRITZEL, p. 32, 2014)

Por um lado, oferecem uma estrutura de análise mais específica para analisar securitizações empiricamente. Por outro, de um ponto de vista pós-estruturalista, esse acréscimo traz à tona questões problemáticas, visto que tais condições servem apenas para descrever a securitização, e não para explicar o seu sucesso, deixando lacunas como a relação entre o orador e a audiência e as características das referidas ameaças que facilitam ou impedem a securitização (STRITZEL, 2014). O autor enxerga uma primeira grande tensão entre essas condições e a abordagem pós-estruturalista, visto que resulta em um certo grau de objetivismo implícito que mina a análise pós-estruturalista, especialmente “derridiana” (STRITZEL, 2014).

Outra tensão, e talvez a mais crucial para entender a importância de se rever a teoria da securitização em prol do estudo de caso desta monografia, é a demarcação estrita da esfera política (STRITZEL, 2014). Para Waever, a politização é definida como o campo da “política normal”, que é regulada por práticas democráticas. Já num estado de exceção, Williams nota que as práticas democráticas são suprimidas em benefício do soberano, que lida com problemas que se tornaram de segurança a partir da decisão do governante (STRITZEL, 2014). Essa visão se contradiz com a ideia dos atos discursivos enquanto performativos políticos que vão além dos seus inventores (soberanos) e, ao mesmo tempo, retira o aspecto eminentemente político da própria securitização ao tornar a autoridade do soberano inquestionável e criadora do contexto (STRITZEL, 2014).

Dessa forma, apesar da grande contribuição da escola de Copenhague para os estudos de segurança internacional ao apresentá-la como um processo intersubjetivo, esta virada construtivista densa não se deu plenamente nesta primeira geração, havendo a necessidade de se confrontar com análises pós-estruturalistas para que as suas limitações pudessem ser expostas e, assim, dar espaço para novas estruturas de análise como a que veremos a seguir.

1.2 - Uma teoria da escola pós-Copenhague:

A escola pós-Copenhague surge a partir do modelo sociológico de análise discursiva para resgatar o propósito das interações sociais: convencer ou persuadir uma audiência a ver o mundo de uma forma específica e, portanto, agir como a situação comanda (BALZACQ, 2009)0. Está, portanto, não apenas preocupada com a análise do texto, mas também com a análise do argumento, a fim de entender como as variações nos símbolos interativos (vide a tese de Bourdieu) determinam a natureza e as consequências da estruturação política das ameaças (BALZACQ, 2009)

Nesse sentido, a securitização é um processo por meio do qual (BALZACQ, 2009, p. 63):

patterns of heuristic artifacts (metaphors, image repertoires, analogies, stereotypes, emotions, etc.), are contextually mobilized by a recognized agent, who works persuasively to prompt a target audience to build a coherent network of implications (feelings, sensations, thoughts and intuitions), that concurs with the enunciator's reasons for choices and actions, by investing the referent subject with such an aura of unprecedented threatening complexion that a customized political act must be undertaken immediately to block its development.

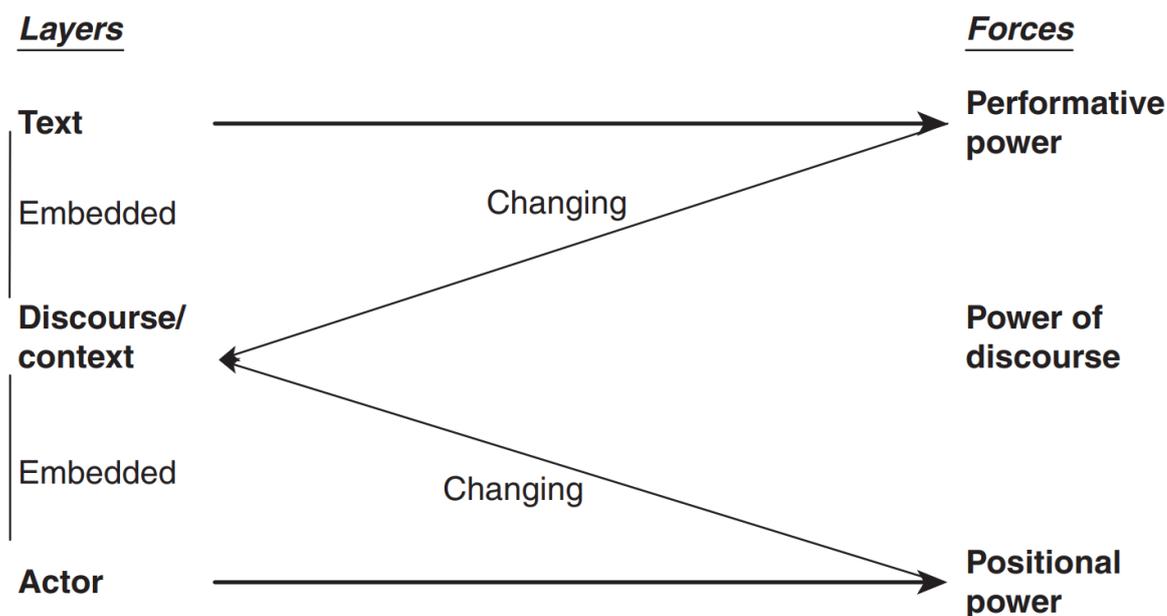
Esse modelo pode ser denominado de ato pragmático porque devota mais atenção ao contexto no qual a securitização ocorre, considera o status dos oradores e atende aos efeitos que as declarações de segurança provocam na audiência (BALZACQ, 2009). Sob essa perspectiva, é útil pensar nos pronunciamentos de segurança não como atos discursivos que são bem-sucedidos na medida em que os agentes obedecem a um certo conjunto de regras, mas em que são utilizadas técnicas discursivas para induzir ou aumentar a adesão pública para a tese apresentada (BALZACQ, 2009).

A abordagem tradicional de securitização se preocupava mais no ato de tornar a questão um problema de ordem pública e quais seriam as ações que a audiência deveria realizar para eliminar a ameaça. No entanto, nada se dizia sobre o que torna a questão uma ameaça, para quem esta é uma ameaça, por que, e por que agora. A contribuição da escola de Copenhague pode ser lida como sendo fortemente centrada no ator que securitiza, como se somente ele pudesse constituir uma nova realidade social simplesmente declarando um estado de exceção (STRITZEL, p. 45, 2014).

Em contraste, a segunda geração de acadêmicos da teoria da securitização pós-Copenhague argumenta que a autoridade de um orador dificilmente é indiscutível, logo, a análise deve prever processos sobretudo de autorização dentro do discurso (STRITZEL, 2014). Stritzel, um dos teóricos da escola pós-Copenhague, destaca que há duas dimensões que

envolvem o processo de securitização discursiva: a dimensão sociopolítica, que trata do empoderamento social do orador de falar com autoridade num contexto de distribuição desigual de oportunidades e restrições, e a dimensão sociolinguística, de afirmações e articulações dentro de uma rede de recursos linguísticos e de regras constitutivas que os atores se valem para convencer suas audiências (STRITZEL, 2014). Para ele, estas duas dimensões, com suas respectivas forças, alteravam as estruturas discursivas e os contextos sociopolíticos.

Figura 1 - “Framework of Securitization” (STRITZEL, p. 371, 2007)



Outra contribuição importante por parte da geração pós-Copenhague foi a ampliação do espectro de análise. Reitera-se que, de acordo com a escola de Copenhague, o processo de securitização se valia por meio de três elementos: objeto referente, ator securitizador e ator funcional (BUZAN et al, 1998). O objeto referente é algo que é visto como sendo ameaçado existencialmente por meio da declaração do agente securitizador, sendo os agentes funcionais atores que apenas influenciam a dinâmica de um determinado setor de segurança (BUZAN et al, 1998). No entanto, tal caracterização não inclui outros dois importantes aspectos, a audiência e o contexto. Desse modo, Balzacq propõe uma estrutura de análise da securitização que não só as integre como também as relacione.

O primeiro nível é o dos agentes, que concentra os atores e as relações que formam o contexto. Inclui 4 facetas (BALZACQ, pp.35-36, 2011):

(i) those who contribute or resist, either directly or by proxy, to the design or emergence of security issues (securitizing actors, audiences, and “functional actors”);

(ii) the power positions (or rather relations) of actor identified under (i);

(iii) the personal identities and social identity, which operate to both constrain and enable the behaviour of the actors identified under (i);

(iv) the referent object and the referent subject, or what is threatened and what threatens.

O segundo nível é o dos atos, interessado nas práticas discursivas ou não que constituem os discursos. Também envolve 4 facetas (BALZACQ, p. 36, 2011):

(i) The first is the “action-type” side that refers to the appropriate language to use in order to perform a given act—the grammatical and syntactical rules of the language.

(ii) The second facet is strategic: which heuristic artefacts a securitizing actor uses to create (or effectively resonate with) the circumstances that will facilitate the mobilization of the audience— analogies, metaphors, metonymies, emotions, or stereotypes? What kinds of frames are thus constructed, around which storylines? Which media are favoured—electronic or print media?

(iii) The third facet is expressed by the dispositif of securitization (i.e., a constellation of practices and tools).

(iv) The policy(ies) generated by securitization.

O terceiro nível é o contexto, onde o autor segue a classificação de Wetherell (BALZACQ, pp. 36-37, 2011):

(i) The proximate context includes ‘the sort of occasion or genre of interaction the participants take an episode to be (e.g., a meeting, an interview, a summit).’ To a certain extent, the proximate context relates to what Salter (2008) calls, following Goffman, “setting.”

(ii) By contrast, the distal context focuses on the sociocultural embeddedness of the text. The distal context has strong recursive effects, meaning that persuasive arguments operate in cascade (e.g., people are convinced because friends of a friend are convinced, etc.). It refers to ‘things like social class, the ethnic composition of the participants, the institutions or sites where discourse occurs, ecological, regional, and cultural environments*

Considerando que os níveis de análise são muito extensos para que um pesquisador possa compilar tudo num projeto de pesquisa, Balzacq traduziu os três níveis em um esquema que captura os processos de securitização em dois eixos (funcional/ontológico e pragmático/semiótico).

Segundo o autor em seu artigo *Constructivism and security studies*, “são necessários três ‘níveis’ operacionais sobrepostos, embora nenhum seja suficiente para iniciar a análise da securitização: o discurso como texto, o discurso como ação e o contexto de produção” (BALZACQ, p. 66, 2009).

O discurso como texto foca na intratextualidade, na intertextualidade e nos padrões de caracterização linguística que constituem as *storylines* (narrativas), que permitem que os atores se baseiem em várias categorias discursivas para dar significado aos fenômenos sociais (BALZACQ, 2009). Essa camada textual - que descreve como o agente securitizador argumenta o caso de segurança e captura as caracterizações mais importantes do objeto de referência, do sujeito de referência e do público-alvo, bem como as agências e interações - pertence ao eixo vertical da análise de securitização (BALZACQ, 2009).

Quanto ao discurso como ação (BALZACQ, p. 67, 2009),

“Emphasizes the study of the performativity of the text: what kind of action does it want to achieve (assertive, commissive, expressive, directive or declarative)? What are its communicative purposes and its domains of relevance? Which heuristic artefacts are favoured, for which meanings? What 'map' of world politics does it present? What kinds of interactions are generated? It is out of this process of considering the 'action-type' side that the horizontal axis of the analysis of security utterances arises.”

Figura 2 - “Securitization analysis in context” (BALZACQ, p. 66, 2009)

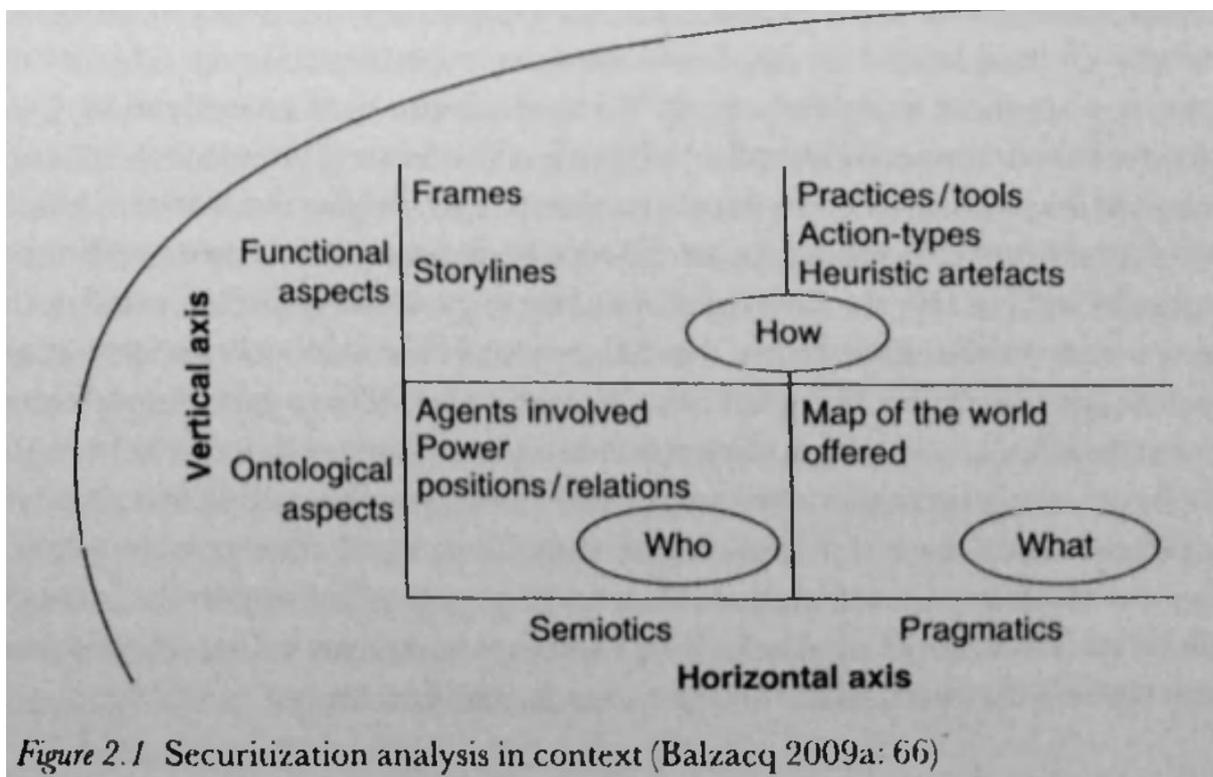


Figure 2.1 Securitization analysis in context (Balzacq 2009a: 66)

Já no que se refere ao contexto de produção, há duas visões sobre a relação entre contexto e discurso. A abordagem internalista argumenta que o contexto é modelado pelo uso do conceito de segurança, logo, as afirmações de segurança operam como instruções para a

construção e a interpretação da situação (BALZACQ, 2009). Já a abordagem externalista ao contexto postula que o sucesso da securitização depende de um ambiente perceptivo, permeado por um senso de criticidade, ou seja, o contexto seleciona aspectos do conceito de segurança e descarta outros (BALZACQ, 2009).

Em suma, o ato pragmático de securitização permite verificar os efeitos constitutivos e causais do discurso (texto e ação) sobre o contexto e vice-versa (BALZACQ, 2009). Assim, o modelo oferecido aqui combina as três dimensões para identificar perspectivas diferentes, mas complementares na análise da securitização. As três dimensões, “Como? Quem? O quê?”, embutidas num contexto específico (espaço-temporal) compreendem a principal preocupação dos analistas da securitização: entender a estruturação política de uma imagem de ameaça (BALZACQ, 2011).

Para fins desta monografia, a análise se dará pelo nível dos atos, pelo eixo pragmático da análise de securitização no aspecto ontológico, que servirá de base para explicar de que forma as estruturas e narrativas são colocadas a fim de se obter o sucesso da securitização do presidente Putin, que seria a resposta ao “como?” de acordo com a estrutura de análise de Balzacq.

1.3 Processos de securitização em regimes não democráticos:

O grande ponto deste trabalho é se a Rússia pode ser considerada propriamente um regime democrático. Isto é, se não depende do aval da população ou das instituições representativas para agir, por que o governo Putin estaria tão preocupado em justificar suas ações no ambiente doméstico? Sendo necessário, haveria alguma diferença no modo como esta securitização é desenvolvida?

A geração pós-Copenhague traz uma grande contribuição para responder a esta pergunta ao acrescentar às condições facilitadoras de Waever o papel da audiência no processo de securitização (VUORI, 2008). Aplicando esta lógica ao regime chinês, Alan Kluver lista três tipos de audiência para propaganda: os oficiais do governo, os intelectuais e as massas (VUORI, 2008).

Segundo Vuori, John Searle e Daniel Vanderveken propuseram que o discurso é composto por 5 tipos elementares de atos discursivos, a depender do seu ponto ilocucionário (VUORI, p. 74, 2008):

(1) assertives (statements, explanations, and assertions; for example, in assertives the speaker presents a proposition as representing an actual state of affairs in the world of the utterance), (2) directives (orders, requests, and commands; for example, in directives the speaker attempts to get the hearer to carry out the course

of action represented by the propositional content), (3) commissives (vows, threats, and guarantees; for example, in commissives the speaker is committed to doing something, committed to some future course of action), (4) expressives (apologies, thanks, and congratulations; for example, in expressives the speaker expresses his/her feelings and attitudes about some state of affairs specified by the propositional content), and (5) declarations (declaring war, pronouncing wedlock, and adjourning a meeting; for example, in declarations the declaration of the speaker brings about changes in the world through his/her utterances, so the world changes to match the propositional content, solely in virtue of the successful performance of the utterance). (VUORI, p. 74, 2008)

Esses tipos servem para compilar quais “frames” são predominantes em determinado discurso. Relativo a isto, há pelo menos cinco vertentes de securitização que sintetizam a força ilocucionária de um discurso: a apresentação de uma questão na agenda securitária, a securitização para a dissuasão, a securitização para legitimar atos futuros, a securitização para legitimar atos passados ou reproduzir o status de segurança de uma questão e a securitização para o controle (ver figura 3).

Para cada uma dessas vertentes, a securitização é composta por uma reivindicação e por um alerta. Quanto ao primeiro passo, reivindicar tem a ver com tomar posição sobre algo, no caso da securitização, sobre algo ser uma ameaça existencial para algo. O falante deve apresentar ou ter provas da veracidade de sua afirmação e não deve ser óbvio tanto para o falante quanto para o ouvinte que o ouvinte já conhece a verdade da afirmação (VUORI, 2008).

No alerta, o agente securitizador afirma com a intenção de chamar a atenção da audiência para que se faça alguma coisa, podendo ser diretiva ou assertiva dependendo do estado de coisas apresentado na proposição (VUORI, 2008).

Quanto ao terceiro ato, como ilustrado na tabela 3, há a diferenciação entre as vertentes de securitização. O primeiro tipo é a aparição de uma nova questão na agenda de segurança de um Estado. O efeito perlocucionário pretendido é convencer os tomadores de decisão da urgência de uma ameaça, para que eles coloquem o assunto em sua agenda e coloquem em prática as medidas sugeridas. O ponto ilocucionário desse tipo de securitização é diretivo, ou seja, o objetivo é tentar fazer com que outras pessoas façam coisas, fazer com que o ouvinte execute o curso de ação representado pela proposição (VUORI, 2008).

Figura 3 - “*The Five Strands of Securitization*” (VUORI, p. 76, 2008)

Table 1
The Five Strands of Securitization

Strand of securitization	Elementary speech act sequence	Illocutionary point	Perlocutionary aim	Temporality	Degree of strength
Raising an issue on the agenda	Claim Warn <i>Suggest</i> (e.g.)	Directive	Convincing	Future	Has to be argued
Legitimizing future acts (Wæver)	Claim Warn <i>Request</i>	Directive	Legitimacy	Future	Has to be argued
Deterrence	Claim Warn <i>Declare</i>	Declarative	Intimidation/ Deterrence	Future	Declaration: Requires formal authority
Legitimizing past acts or reproducing a security status	Claim Warn <i>Explain</i>	Assertive	Legitimacy	Past	Has to be argued
Control	Claim Warn <i>Require</i>	Directive	Obedience/ Discipline	Future	Compelling: Requires formal authority and a reason

Na securitização para legitimação de atos futuros, o objetivo dessa vertente é justificar ações que de outra forma seriam julgadas ilegítimas pelos avaliadores de legitimidade, como eleitores, jornalistas, grupos concorrentes etc. O ponto ilocucionário deste ato de securitização é diretivo.

Já na securitização dissuasiva, a audiência é a própria ameaça, que pode ser um outro Estado, um grupo separatista ou manifestantes, na qual está centrado todo o ato discursivo (VUORI, 2008). A intenção perlocucionária consiste na intimidação, no alerta para possíveis atos futuros, e seu ponto ilocucionário é declarativo.

“The point of a declarative is to change the world by saying so: in utterances with a declarative point the speaker brings about the state of affairs represented by the propositional content solely in virtue of his/her successful performance of the speech act” (VUORI, pp. 81-82, 2008)

Há também a legitimação de atos passados ou a reprodução de algum ato de securitização anterior. Assim como na de atos futuros, a audiência continua sendo os avaliadores da legitimidade política do orador e o ponto ilocucionário é assertivo, isto é, o

objetivo é explicar o porquê daquele ato ter sido executado a fim de garantir a segurança de determinado objeto referente (VUORI, 2008).

Por último, a securitização para controle estaria mais alinhada a um contexto autocrático, de maior força ilocucionária visto que o efeito pretendido é a obediência às diretivas do ator securitizador (VUORI, 2008). A audiência nesse caso seria todo aquele que estaria debaixo da autoridade do orador, e o ponto ilocucionário é o diretivo, onde a audiência pode ser levada a fazer os atos requeridos pelo ato ou proibi-los de cometer certos atos (VUORI, 2008).

No presente trabalho, esses elementos serão identificados e, posteriormente, analisados em cada um dos 4 discursos selecionados a fim de identificar semelhanças e diferenças entre eles, especialmente no que diz respeito à intenção do presidente Putin ao proferi-los.

A função deste capítulo era traçar um panorama teórico sobre a securitização que serve de base para o entendimento da estrutura de análise selecionada para esta monografia. Essa teoria, desenvolvida pela chamada escola de Copenhague, consiste num entendimento do fenômeno como um processo intersubjetivo, construído por um ou mais agentes securitizadores em nome da sobrevivência de um determinado objeto referente. No entanto, com a contribuição da teoria pós-estruturalista, aos poucos os teóricos da securitização começam a considerar a relevância da posição dos oradores, do contexto interdiscursivo e da legitimação da audiência para entender o sucesso ou fracasso de um ato discursivo securitizador, o que ocorre não só em contextos democráticos, mas autoritários também, como é o caso da Rússia. Essas variáveis permitem analisar com maior precisão os processos de securitização onde o poder não emana diretamente do povo, onde a origem e a presença da ameaça não se fazem tão evidentes como nos casos em que a questão já é objeto do debate público e onde a população civil não é a única (ou até mesmo a principal) audiência. Desse modo, como um processo social aberto, nenhum desses fatores são suficientes ou determinantes para o sucesso da securitização, no entanto, num contexto não democrático, seu fracasso pode marcar o fim da ordem política vigente. O tópico a seguir envolve a formação da democracia iliberal russa, seu processo de transição de regime e os fatores que contribuíram para uma involução da construção democrática no país, além da percepção ideológica do regime de Putin, com vistas a identificar as raízes argumentativas do agente securitizador e compreender a origem e os limites da sua legitimidade ao longo desses 24 anos.

CAP. 2 - O dilema da transição de regime na Rússia:

Neste capítulo, tendo em vista o contexto em que os discursos foram produzidos e a base argumentativa para a securitização, serão exploradas algumas reflexões a respeito das características e da evolução da estrutura burocrática da Rússia após a queda da URSS, com o intuito de situar o (a) leitor (a) na conjuntura política e econômica russa a fim de fornecer um contexto que dialogue com os discursos do presidente Vladimir Putin. Desse modo, com base nos tipos de audiência apresentados por Juha Vuori e nos 3 apelos levantados por Putin em seus discursos que serão expostos posteriormente, apresenta-se em primeiro lugar uma discussão sobre a evolução do pensamento político do presidente Putin e quais os elementos do seu discurso que angariaram um amplo apoio das massas ao seu governo. Depois, uma reflexão sobre a natureza e os limites da transição de regime russa a partir dos mandatos de Yeltsin e Putin, a fim de identificar onde houve ruptura e continuidade com o regime soviético e assim investigar quais seriam as estruturas internas de legitimidade que sustentam o regime vigente. Por fim, será apresentado uma compilação do pensamento geopolítico de intelectuais russos para investigar a raiz da reivindicação de Putin de defesa contra a violação de Direitos Humanos de populações russas vivendo fora do seu território de origem.

2.1 O papel da ideologia na era Putin:

Nesta seção, será discutida a natureza ideológica do pensamento político do presidente russo, aliada às razões que trouxeram amplo apoio popular e trouxeram a legitimidade que ele buscava para concentrar o poder nas mãos do Estado e minar a democracia a partir da proposta de uma democracia delegativa e iliberal.

Há um amplo debate em torno da natureza do pensamento político e os limites do comprometimento do presidente russo Vladimir Putin com fórmulas ideológicas. É possível notar que sua suposta ideologia sofreu transformações ao longo do tempo, com períodos alternados de legitimidade e resistência. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que o núcleo ideológico do Putin, que inclui a conexão entre Estado e soberania, nação e antiliberalismo, não mudou.

Conforme sustentam os autores ucranianos KIRYUKHIN e SHCHERBAK (2022), há pelo menos duas abordagens de investigação da ideologia de Putin. A primeira envolve sua existência enquanto a segunda consiste em analisar a doutrina ideológica do presidente russo a partir da questão denominada “putinismo”. Kortukov destaca que os autocratas possuem maiores habilidades de criar e disseminar produtos ideológicos, e maiores incentivos para fazer isso visto que necessitam de legitimidade. Eles usam esses produtos para estruturar o debate

público nos seus próprios termos, justificar suas políticas e deslegitimar quaisquer posições contrárias ao seu regime (KORTUKOV, 2020). Desse modo, é possível depreender que o combo ideológico instrumentalizado por Vladimir Putin não pode estar inteiramente associado à sua identidade enquanto ator político, ao mesmo tempo em que o fim último dessa doutrina seja a sua autopromoção.

Em democracias, essa divisão entre o interesse da elite dominante e o da nação é a chave para entender a diferença entre politização e securitização. No entanto, à medida que o poder político se centraliza nas mãos dessa elite, a linha divisória entre os dois processos vai ficando mais tênue e se faz necessário o emprego dos combos ideológicos a fim de convencer a população de que o regime vigente é suficiente e representa plenamente os interesses da nação.

Ao entender qual seria a função da ideologia para o regime do Putin, é de verificar-se de que forma a ideologia se relaciona com a sua própria cosmovisão. Como Kortukov leciona, há analistas como Vladimir Shlapentokh, que caracteriza Putin como um político flexível, livre de qualquer dogma ideológico, que usa ideologias para a legitimação do seu próprio regime pessoal. McAllister e White concluem que o sucesso eleitoral de Putin se deve não a compromissos ideológicos, mas ao rápido crescimento econômico. Já Sergei Prozorov associa as principais tendências da presidência de Putin ao conservadorismo (KORTUKOV, 2020).

Diante das diferentes posições, o autor busca integrá-las:

“Putin’s Russia surely lacks any overarching political ideology similar to Marxism–Leninism, conservatism or nationalism. The authorities wish to avoid tying themselves to any ideological framework that can limit their freedom of action; therefore, Kremlin’s ideological offerings are flexible by design. On the other hand, this regime understands very well the power of ideas for mobilization and legitimation.” (KORTUKOV, p. 86, 2020)

Ou seja, o grande intuito do regime da *United Russia* era justificar posturas autocráticas com base em argumentos que provêm de ideologias distintas e assim promover uma posição que represente os interesses do povo russo, acima de qualquer agenda política específica. Quanto à relação entre putinismo e a ideologia do regime,

“At the end of the first term of the presidency of Vladimir Putin, Vyacheslav Nikonov first used the term “Putinism” to indicate the unity of the Russian regime and the ideology of Vladimir Putin. Five years later, Anne Applebaum used this term, treating “Putinism” as a system of managed democracy and corporate capitalism which reflects Putin’s worldview.” (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, p. 12, 2022)

Segundo Lev Gudvok, por exemplo, não há ideologia ou doutrina política que sozinho seja capaz de implantar nas massas a ideia de construir um “novo mundo” ou um “novo

homem”, tal como o pensamento de Putin propõe ao resgatar uma visão excepcional da civilização russa (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, p. 12, 2022). Já Brian Taylor compreende que há uma relação entre Putinismo e ideologia. Esse “*code ‘is both more and less than an ideology; more, because it involves not just ideas but also other stimuli for action, and less, because it is not a coherent and encompassing system of thought.’*” (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, p. 12, 2022). Tal código talvez seja a chave para compreender o sucesso da securitização promovida por Putin e que justifica sua longevidade na vida política. A transmissão de ideias necessita de um ponto ilocucionário para que possa produzir efeitos na audiência, ou seja, deve consistir num ato, num estímulo direto para a ação e essa é a base de qualquer securitização. Em consonância com a falta de um projeto bem definido, toda ação passa a ter um caráter relativamente emergencial porque consiste em solucionar problemas circunstanciais para o aperfeiçoamento do Estado enquanto protetor do interesse público.

Inicialmente, o governo de Putin não quis ser identificado por qualquer ideologia existente tendo em vista os exemplos ocidentais e o contraexemplo soviético. Assim, ele preferia falar sobre cosmovisão, conforme seu artigo *Russia: The National Question*.

“Remember how, with the help of Hollywood, the US shaped the consciousness of several generations – and did so while introducing not the worst-possible values, in terms of national interests and public morality. There is something to learn here.” (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, p. 22, 2022)

Pode-se dizer que essa substituição de termos seria um “artefato heurístico”, tal como apresentado por Thierry Balzacq. A cosmovisão envolve a base axiológica de um povo, a sua percepção de mundo, e costuma ser demandada quando a identidade desse povo está sob ameaça (segurança ontológica). Logo, a fim de consolidar seu projeto de nação pautado na unidade política e cultural russa, ele faz uso deste recurso.

No entanto, o regime de Putin se inclinou para a ideologia com o passar do tempo, à medida que seu apoio popular enfraquecia e havia ameaça de protestos. Kirill Rogov apontou dois componentes cruciais da popularidade de Putin: crescimento econômico e mobilização patriótica associados às ações da Rússia na arena da política externa. A popularidade de Putin baseou-se em pelo menos um desses componentes durante os diferentes períodos de seu governo (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, 2022). Porém, o crescimento econômico russo estagnou após a anexação da Crimeia e a intervenção em Donbass. A partir disso, a mobilização patriótica e a promoção da ideologia conservadora passaram a ser os principais instrumentos para sustentar o consenso público e formar a “supermaioria” putinista.

Os autores ucranianos destacam que a popularidade de Putin caiu apenas 4 vezes entre 1999 e 2019.

“The first time was in 2000 during the “war with oligarchs,” while on a second occasion in early 2005, the fall in popularity coincided with all-Russian protests against the monetization of privilege. In 2011, the President’s ratings plunged for the third time, with a wave of protests against parliamentary election fraud and Putin’s intention to retake the presidency, and a fourth decline occurred in 2018 following the adoption of pension reforms.” (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, p. 17, 2022)

À exceção da primeira queda, as outras três foram acompanhadas por picos elevados de aprovação devido à ação de seu governo em intervenções militares externas. O primeiro pico foi em 2008 com a invasão russa à Geórgia, o segundo, em 2014, com a anexação da Crimeia e o último com a invasão à Ucrânia em 2022.

É possível enxergar a relação entre a avaliação pública e a ideologia na cronologia da emergência de alguns conceitos ideológicos. Esses conceitos formariam o que Balzacq chama de *“dispositif of securitization”*, isto é, um combo de conceitos e práticas que regem a securitização de um ou mais atores. O primeiro deles é o de democracia soberana, formado na segunda metade do seu primeiro mandato presidencial (2004-2008). Surkov o define como

(...) a mode of the political life of society in which the state authorities ... are elected, formed, and directed exclusively by the Russian nation ... for the sake of achieving material wellbeing, freedom, and justice for all the citizens, social groups, and peoples that constitute it (KORTUKOV, p. 90, 2020).

E o adjetivo “soberano” diz respeito à tentativa de gerenciar este modelo democrático, tendo como objetivo manter a soberania sem danificar a democracia e ser aberta sem perder a identidade (KORTUKOV, p. 90, 2020). Isto é, o principal temor do regime putinista era a influência da hegemonia ocidental, que havia mostrado sua força durante as revoluções coloridas do início do século. Temendo um *“spillover”* democrático para a Rússia, trouxeram um modelo alternativo de democracia, antiliberal e anti-globalização. *“To be fully sovereign, Russian democracy needs to have intellectual leadership, unified elite, nationally oriented economy and the ability to defend itself”* (KORTUKOV, p. 91, 2020). A hostilização de qualquer influência estrangeira

Some [in the West] seek to subdue Russia, while others count on mutually advantageous partnership. Our democracy is capable of responding to the former with determination to uphold our sovereignty and to the latter with openness, flexibility,

and productive cooperation. Not to fall out of Europe, to hold on to the West is an important element in building Russia. (KORTUKOV, p. 91, 2020)

Na reunião do G8 em São Petersburgo, o então ministro da Defesa Ivanov falou sobre uma transformação na política de Estado russa, formando uma nova elite nacional que pensa a partir de uma tríade de valores nacionais: democracia soberana, economia forte e poder militar (AVERRE, 2007). Quanto à força econômica, esta seria sustentada pelo novo status da Rússia enquanto superpotência energética, que atenderia as necessidades materiais da população ao mesmo tempo em que possibilita um aumento da capacidade militar, que constitui a garantia mais importante da independência do país (AVERRE, 2007). Para ele, democracia soberana significa conceder aos cidadãos o direito de determinar suas próprias políticas públicas e se defender contra qualquer pressão externa por quaisquer meios, incluindo o militar (AVERRE, 2007). O investimento na indústria bélica russa se deve, a partir da visão de Ivanov, a um ambiente internacional conflitivo no qual “parceiros da comunidade dos Estados democráticos” buscam minar e enfraquecer o Estado russo (AVERRE, 2007).

Ivanov afirmava que a Rússia deu passos sem precedentes para a unificação de uma única Europa, no entanto, na tentativa da elite governante consolidar sua visão de modernização do país, o elemento da soberania passou a estar muito mais em destaque, haja vista que o projeto de reconstrução da Rússia está mais associado à reemergência do Estado enquanto grande potência (AVERRE, 2007).

Tal projeto é notado no discurso do partido “Rússia Unida”, o qual traz elementos tanto dos discursos nacionalistas-patrióticos quanto dos discursos liberal-democráticos (CASULA, 2013). Casula traz o que há de democrático na democracia soberana.

“Democracy is presented mostly as an attribute of state institutions (a democratic state under the rule of law, a democratic federation, a democratic federal state), however, while freedom is often linked to the economic realm (freedom of the market, economic freedom) or presented as an individual quality (freethinking characters, freedom to decide one’s destiny).” (CASULA, p.5, 2013)

Se não envolve a democracia em seu sentido pleno, por que utilizá-la como termo para descrever este modelo? Em primeiro lugar, porque a democracia tem sido interpretada ao longo do tempo como um símbolo de progresso e de abertura para cooperar com o Ocidente (CASULA, 2013). Segundo, ao declarar a maturação da democracia russa, seria um legado importante conquistado pelo regime, o que leva ao terceiro argumento que é o da democracia como instrumento de legitimidade (CASULA, 2013). Por último, a “virada democrática” serve como um parâmetro de comparação com os conturbados anos 90 (CASULA, 2013).

O segundo conceito foi declarado pelo partido do Putin em 2009 ao declarar sua ideologia como conservadorismo russo (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, 2022). Após as revoluções coloridas e o protesto na praça Bolotnaya, o governo passa a se definir como “conservador”, no sentido de preservar os valores tradicionais e ir de encontro a ações revolucionárias (KIRYUKHIN; SHCHERBAK, 2022).

O terceiro grande conceito apresentado por Putin é o de Rússia histórica, e que surge de forma mais clara no discurso crimeano porque consiste na compreensão de uma unidade territorial pautada não em termos legais, mas culturais e, nas palavras de Putin, civilizacionais. Dessa forma, a história e cultura comuns a toda a “civilização russa” são do interesse do estado russo, seja dentro ou fora do território russo, Esta compreensão foi a base para o pensamento geopolítico russo após a Guerra Fria e que justifica as intervenções militares no espaço pós-soviético.

Esses conceitos, que são apresentados inicialmente nos artigos escritos pelo próprio estadista, servem como fundamento sobre o qual serão implementadas as políticas decorrentes da securitização. São o corpo das narrativas (*storylines*), formadas por meio dessa intertextualidade para caracterizar o objeto de referência e o público-alvo (BALZACQ, 2009).

Outra característica marcante presente nos discursos do partido é a rejeição a todas as ideologias, com o objetivo de se mostrar capaz de dialogar com todas as posições haja vista que espelha uma variedade de visões e de interesses, tais como o caminho da liberdade, a busca pela justiça material e os valores patriarcais (CASULA, p. 5, 2013). Em outras palavras, é um partido que se preocupa mais com as reais necessidades do país e do seu povo do que com a luta ideológica, tornando-os aliados naturais que visam o sucesso da Rússia.

Ainda é possível estabelecer uma relação entre este modelo de democracia com o excepcionalismo russo. Por ser um modelo adaptado para a realidade e objetivos da nação russa, deveria ser considerado como um modelo superior, especial, e que pode, portanto, ser isento de qualquer comparação ou julgamento de outras democracias. Esta concepção retornou ao debate público russo com os intelectuais conservadores russos, tendo como principal Alexander Dugin, que compreendia que a civilização russa era distinta das outras a partir de algumas características: atemporalidade, autoconsciência própria, ortodoxia (num sentido sociocultural, não teológico), agrarismo e tradicionalismo (SKLADANOWSKI, 2019).

Tais características são importantes porque modelam a política e a ideologia de Estado russas. No âmbito interno, o reconhecimento da existência de uma civilização russa separada e independente implica pensar que não há nada para aprender com outras potências. Torna-se

assim um elemento de isolamento da sociedade russa das influências ocidentais (SKLADANOWSKI, 2019). Já no âmbito externo, de acordo com Dugin, a civilização russa pode aspirar tornar-se um dos pólos do mundo multipolar na nova ordem mundial (SKLADANOWSKI, 2019). *“Russian civilizational unity is identified with the unity of the post-Soviet area. The concept of the separate Russian civilization becomes an argument for Russia to control the independent republics of the former Soviet Union”* (SKLADANOWSKI, p. 443, 2019). O domínio sobre a região pós-soviética é fundamental para o projeto de grande potência do conservadorismo russo.

Ainda com relação à democracia soberana, Kortukov considera que o conceito envolve três aspectos: o primeiro seria o contrato social, que implica na centralização e fortalecimento do poder do Estado a fim de promover estabilidade e crescimento econômico, sem o qual não seria possível sustentar as obrigações sociais que o Estado tem com os seus cidadãos (KORTUKOV, 2020). O primeiro pilar do contrato social russo estava em associar o rápido crescimento econômico do país no início dos anos 2000 à centralização do poder e ao fortalecimento do Estado (KORTUKOV, 2020).

“By the early 2000s, the combination of rising oil prices and the sound macroeconomic policy of the Russian government resulted in surprisingly rapid economic growth. In many of his speeches Surkov claimed that only Putin’s leadership made economic growth possible. (...) And without economic growth, the fulfillment of the social obligations of the Russian state to its citizens would not be possible.”
(KORTUKOV, p. 96, 2020)

Outro fundamento importante para consolidar este contrato foi a demonização do período de Yeltsin, um tempo em que um Estado fraco era incapaz de exercer sua soberania e de tomar de conta dos seus cidadãos, deixando-os à mercê do livre mercado, enquanto alguns poucos enriqueceram (KORTUKOV, 2020).

O resultado apareceu nas eleições com a reeleição do Putin com quase 72% dos votos, sendo as percepções de crescimento econômico a principal causa deste apoio (KORTUKOV, 2020). Em 2008, Putin concordou em apoiar a lista de candidatos do partido Rússia Unida ao parlamento, enquanto endossava o seu sucessor em 2008, Dmitry Medvedev. Ainda sob a democracia soberana e o crescimento econômico, o partido obteve 64,3% de votos, obtendo uma supermaioria no parlamento russo (KORTUKOV, 2020).

Tal crescimento se harmoniza com a figura de um Estado capaz de garantir sua soberania e refrear a influência estrangeira a partir da menor dependência para se desenvolver. A consonância entre a legitimidade material e discursiva contribuiu para que o ato securitizador

declarado na conferência de Munique em 2007 tivesse o aval da própria população, que assistiu sua democracia ser corroída em troca de uma falsa sensação de grandeza e estabilidade. Assim, a segunda geração de teóricos da securitização explicaria que a autoridade de um governante nunca é indiscutível, sendo importante a conjunção de elementos que justifiquem o porquê de uma determinada questão ser uma ameaça, para quem e de que maneira. No caso acima, o grande acordo feito com a população é para que se combata qualquer ameaça que empurre a nação russa novamente para o estado anterior de fragilidade econômica e de pouca projeção no cenário internacional, e as revoluções coloridas foram o grande alvo desta securitização inicial.

A recessão econômica após 2008 e os protestos em 2011 e 2012 forçaram o regime a reformular o contrato social, enfatizando a agenda conservadora e focando na política da moralidade. As sanções econômicas advindas da crise na Ucrânia foram o golpe final para o desempenho do contrato (KORTUKOV, 2020).

O segundo aspecto da democracia soberana é o discurso de legitimação, que está ancorado na crença de um caminho especial para a Rússia. Isto é o que justifica o ataque aos valores ocidentais haja vista que atribuíram à Igreja Ortodoxa um papel crucial na base da civilização russa e argumentaram que os valores do comunitarismo e do coletivismo são essenciais para a sociedade russa, o que a torna incapaz de adotar ideias e instituições ocidentais (KORTUKOV, 2020). Para o autor, é possível afirmar que esse discurso é um retorno à ideologia e se deve a uma reação às revoluções coloridas que ocorreram no Leste Europeu (KORTUKOV, 2020).

“Western support of different NGOs that are advocating issues such as human rights and democracy promotion is a violation of state sovereignty that may lead to catastrophic consequences. Furthermore, Western critique and the support of anti-regime groups is not guided by universal moral values but by cynical utilitarian calculations. The West is interested in provoking conflicts within Russia in order to weaken it from inside and subdue Russia’s natural resources to foreign domination. Therefore, Russian citizens should not view these attempts as a legitimate critique, even if they themselves disagree with the policies of the Russian government.”
(KORTUKOV, pp. 99-100, 2020)

Neste excerto, é evidente a tentativa de securitizar a ação de ONG’s na zona pós-soviética, sendo vista como um instrumento aparentemente inofensivo que busca incitar e financiar insurreições na Rússia. Desse modo, qualquer ação hostil contra essas e outras instituições ocidentais tem como justificção a defesa do interesse nacional frente à dominação estrangeira.

A última dimensão da democracia soberana é a prática contrarrevolucionária. Em adição às outras duas, as autoridades russas também investiram em reformas institucionais. Uma medida importante foi a demolição da estrutura federativa do Estado russo. A reforma federal de 2004 aboliu as eleições de governadores na Rússia e Putin passou a indicá-los com a aprovação das legislaturas regionais, com o pretexto de criar um sistema efetivo de segurança interna, de fortalecer as estruturas do Estado e como um pré-requisito para o sucesso na guerra contra o terror (KORTUKOV, 2020).

A reforma eleitoral de 2005 foi um outro componente para a consolidação do regime autoritário de Putin. De acordo com a nova lei, a partir de 2007, todos os deputados da Duma foram eleitos por representação proporcional de no máximo 7% (KORTUKOV, 2020). Além disso, proibia a criação de coalizões pré-eleitorais, sendo que somente uma lista de partidos poderiam inscrever candidatos, a fim de prevenir uma possível aliança de oposição (KORTUKOV, 2020).

Esta dimensão já consiste na quarta faceta do nível dos atos de securitização (BALZACQ, 2009). As medidas tomadas pelo governo russo refletem o sucesso da securitização e sua consolidação para uma nova transição de regime acontecendo no país, e que será tratado com mais detalhes no capítulo seguinte. Contudo, a evolução do putinismo ilustra de que forma as estruturas e narrativas foram construídas de modo a promover o sucesso da securitização, especialmente nas duas intervenções na Geórgia e na Crimeia.

É possível perceber que a demarcação entre o que é agenda política e securitária cada vez mais ténue ao longo da era Putin e isso se dá pela insegurança no setor econômico que coloca o regime numa situação de vulnerabilidade e o faz, por um lado, concentrar poder na figura do Estado e, por outro, construir outros discursos de legitimação junto à sociedade que está habituada minimamente com a ideia de democracia e que, ao perceber, que esta vem sendo perdida, pode ameaçar a estrutura do regime burocrático-autoritário russo. Sendo assim, qual seria a razão para o retorno à centralização do poder, mesmo após a virada democrática?

2.2 O legado soviético na Rússia pós-1991:

Nesta seção do capítulo, o intuito é responder à pergunta acima trazendo, num primeiro momento, um aparato conceitual para investigar a natureza e as características da transição russa de regime. Depois, um pano de fundo histórico sobre os resquícios da estrutura de poder soviética e de que forma essa herança ainda persiste atualmente. Por fim, um breve exame sobre qual seria o projeto de *nation-building* empreendido nos governos de Yeltsin e de Putin, e como

cooperaram para uma postura mais intervencionista da Rússia em sua própria zona de influência.

Neste subtópico, predomina a dimensão sociopolítica da securitização, ou seja, o poder que a posição de autoridade do orador carrega num contexto de menor probabilidade de resistência ao seu ato discursivo (BALZACQ, 2009). Dessa forma, trata-se de um conjunto de reflexões sobre as relações de poder do ator securitizador com as audiências.

Para qualquer governo, seja autocrático ou democrático, é importante dialogar e obter apoio de diversas forças políticas para permanecer no poder. No entanto, enquanto líderes democráticos já dispõem de leis e instituições adequadas para que possam formar coalizões, os meios pelos quais os autocratas obtêm apoio são muitas vezes obscuros (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007). Autocratas enfrentam dois tipos de ameaças: aqueles que emergem da elite dominante e/ou os *outsiders* da sociedade. Contra os primeiros, governantes autoritários geralmente estabelecem instituições restritas, tais como órgãos consultivos e escritórios, como uma primeira trincheira institucional (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007). Quanto a grupos de oposição de dentro da sociedade, eles frequentemente recorrem a instituições democráticas, com o objetivo de incorporá-los a legislaturas partidárias a fim de ampliar a base de apoio ao governante e prolongar o seu mandato (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007).

Porém, não basta apenas cooptá-los para evitar a rebelião. O crescimento econômico e a segurança territorial são condições que agem em benefício do governante (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007). A menos que este dependa da exportação de recursos naturais, precisa solicitar cooperação econômica e, para isso, deve fornecer incentivos para as pessoas revelarem suas informações privadas, para trabalhar e para poupar, isto é, o autocrata deve compartilhar os espólios da cooperação (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007).

Aliada à distribuição de espólios, as concessões políticas são uma outra forma de gerar cooperação e prevenir ameaças mas que, ao contrário dos espólios, precisam ser formalizadas como normas legais (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007). Embora haja uma grande variedade de lideranças pelo mundo, os autores classificam em três tipos: os monarcas, que possuem como base de legitimidade a família real; os líderes militares, que detêm as forças armadas; e o civis não-reais, que não possuem organizações preexistentes sobre as quais possam confiar (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007). Desse modo, para governar, líderes civis precisam construir essas instituições tendo como base a legitimação de um partido político, que representa o governo, e necessitam da cooperação muito mais do que nobres ou militares (GANDHI; PRZEWORSKI, 2007).

“The variation in the frequency of legislatures across types of leaders indicates a similar pattern. Monarchs coexisted with legislatures during 59.3% of the years during which they ruled and the military during 60.1% of their period of rule. Civilians, however, almost always—92.5% of their time—ruled with legislatures.” (GANDHI; PRZEWORSKI, p. 1285, 2007).

Este dado se reflete na natureza das autocracias atuais, visto que a criação de instituições pseudodemocráticas é o que vem sustentando por mais tempo os regimes governados por civis. Na década seguinte ao fim da Guerra Fria (1990-99), houve aproximadamente 3,2 transições democráticas por ano. De 2000 a 2012, no entanto, esse número caiu para apenas 1,8 por ano e, apesar de haver menos autocracias no mundo do que no período imediatamente posterior ao pós-guerra, é possível perceber que as ditaduras existentes são bem mais duradouras (GEDDES; WRIGHT; FRANTZ, 2014).

É importante notar, portanto, que a posição do governante contribui para um aumento do poder discursivo nas autocracias modernas na medida em que esta é diluída sob a forma de instituições civis e republicanas, visto que elas produzem uma imagem de constrangimento por parte da maioria por representarem o interesse público. Assim, cabe frisar que os oficiais do governo, na medida em que lideram instituições estatais, indiretamente reproduzem o discurso do governante, endossando sua legitimidade.

Fareed Zakaria argumenta que as ondas democráticas tais como a que se deu após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria não representam necessariamente uma consolidação da democracia no sistema internacional visto que, ao contrário do Ocidente, a democracia não foi antecipada por uma reforma no caráter do liberalismo constitucional (ZAKARIA, 1997). Ademais, ele comenta que a desconfiança de John Stuart Mill quanto a um governo da maioria está na ideia de que não é preciso limitar o poder do Estado já que, por ser uma democracia, sua vontade é a do povo, logo, um governo pode se autoproclamar democrático na medida em que convence sua população de que ela consiste na “absoluta soberania da maioria” (ZAKARIA, 1997).

Em anos recentes, é possível ver não só uma maior longevidade de regimes autocráticos, mas também uma crise nas próprias democracias, especialmente as tardias. No caso russo, que possui uma história democrática muito mais recente e que atravessou quase um século sob um regime totalitário/autoritário, é evidente a presença de cicatrizes ainda não completamente fechadas desde o período de democratização e que se mostra mais claramente na sua fase mais “democrática” em termos de coesão política.

A questão do legado soviético da Rússia tem sido tratada em uma estrutura comparativa que geralmente inclui estados pós-soviéticos e do centro-Leste da Europa. Porém, Andrea Graziosi apresenta uma comparação, no mínimo, interessante com os resquícios do autoritarismo dos regimes totalitários na Itália e na Alemanha.

O primeiro ponto de considerável diferença a se destacar é a sua longevidade. Enquanto a Alemanha nazista durou 12 anos e a Itália fascista, 21, a União Soviética durou 74 anos. O fardo do legado foi muito mais substancial para o caso russo/soviético (GRAZIOSI, 2021).

“Unlike Germany and Italy (and largely as a consequence of the very different way the Soviet regime ended), Russia was never occupied by foreign powers determined to introduce new directions and push the country onto a different path” (GRAZIOSI, p. 96, 2021). Isto é, enquanto na Itália e na Alemanha, a ruptura foi completa, o “fantasma soviético” ainda se fazia presente na semiótica russa. Boris Yeltsin até chegou a proibir o Partido Comunista Soviético, buscou persegui-lo, e alguns monumentos foram removidos, contudo, a maior parte dos monumentos, nomes de ruas, símbolos e uniformes do antigo regime continuaram a existir e a serem usados com orgulho, exatamente porque não havia nada para substituí-los (GRAZIOSI, 2021).

Ademais, os interesses ocidentais contribuíram para prolongar a herança visual e física soviética. Ao contrário da Itália e da Alemanha, que adotaram uma política de neutralidade e desarmamento após a Segunda Guerra, o Ocidente deu a função de sucessor legal da URSS ao Estado russo para garantir que empréstimos seriam repassados, tratados internacionais seriam honrados e que o controle sobre o arsenal nuclear seria mantido (GRAZIOSI, 2021).

A semiótica soviética também se faz presente na retórica de Putin ao comparar o seu governo com o de Yeltsin e destacar a importância de um Estado forte, centralizado e poli étnico como o caminho excepcional a ser seguido pelo país. Além disso, o choque direto com os Estados Unidos diante da comunidade internacional reproduz no imaginário do povo russo não só o resgate do *status* de grande potência, mas também a de retorno à bipolaridade da Guerra Fria.

Diferenças na continuidade das elites são ainda mais evidentes. Quanto aos totalitarismos alemão e italiano,

“Nazi leaders committed suicide or were put on trial and executed or left to die in prison, Benito Mussolini was summarily shot, and the House of Savoy lost the country it had helped to build. Moreover, both Germany and Italy could rely on important political and intellectual émigré communities and on the (just as important)

surviving protagonists of the governments that preceded Nazism and Fascism.” (GRAZIOSI, p. 97, 2021)

Na Rússia depois de 74 anos, não havia potencial de liderança fora do sistema soviético. Como GRAZIOSI pontua (p. 98, 2021):

“The change that did take place resulted from Mikhail Gorbachev’s frantic attempts before 1991 to renew the apparatus, seeking to bring in younger and more reformist-oriented but still Soviet personnel, and from the suicides and arrests that followed the failure of the August 1991 coup attempt. At lower levels of the bureaucracy, military, and intelligentsia—all of which in Germany and even more in Italy experienced a good deal of continuity — the Russian experience was one of total continuity, a continuity destined to last for a long time.”

Isso se reflete não só no impacto que este legado tem sobre cada ex-república, mas, sobre a forma como a Rússia se vê com relação às demais. Em primeiro lugar, o império soviético surgiu como uma expansão do Estado russo, logo a República Russa Soviética não era um território nacional, mas uma república etnicamente neutra, o que difere das outras repúblicas soviéticas porque representavam um grupo étnico em particular (BLAKKISRUD, 2023). Outra marca está no próprio nome dado à República Federativa Russa Socialista Soviética, cujo “R” em russo era ligado ao termo “Rossiiskii”, um adjetivo derivado do antigo nome imperial russo (BLAKKISRUD, 2023).

For the past two centuries both “Russia” and “Germany” have been locked in a definition of what they are (and were), with their imperial dimension obstructing and distorting the “search for” the nation. In the case of Russia, therefore, we are in the presence of a double, imbricated “imperial” legacy that unites and combines the Tsarist and the Soviet legacies. (GRAZIOSI, p. 103, 2021)

Há quatro modelos de construção de uma “nação russa” que podem ser discernidos:

O primeiro é o de nação multiétnica, que apresenta a maior continuidade com a abordagem soviética da questão nacional. Este modelo prega uma igualdade de status para todos os grupos étnicos, sendo mais popular entre as minorias não russas (BLAKKISRUD, 2023).

O segundo modelo seria o de nação étnica, que enxerga um papel especial que os russos desempenharam na história da Rússia (BLAKKISRUD, 2023).

O terceiro seria uma nação cívica, que representa as tentativas de transplantar para o solo russo os valores liberais inspirados numa abordagem construtivista de construção do Estado-nação (BLAKKISRUD, 2023).

Por fim, o quarto modelo, que seria o imperial, voltado ao resgate da grandeza da antiga URSS e à recuperação do território perdido (BLAKKISRUD, 2023).

O primeiro e o segundo se voltam mais para a identidade étnica da Rússia enquanto os outros dois, com a estrutura política, contudo, são modelos de nação que possuem pontos de interseção importantes.

Os modelos étnico e imperial eram os principais durante o período imediatamente posterior à queda da URSS, mas principalmente nos grupos de oposição e marginais ao novo regime como o *Pamiat*, de orientação etnocêntrica (BLAKKISRUD, 2023). Para o grupo de Yeltsin, contudo, a nostalgia soviética não era uma opção. A questão era que tipo de identidade nacional do novo Estado independente russo deveria ter: multiétnico ou cívico. Durante sua presidência, o que se percebeu foi uma política de nacionalidade que misturou elementos de ambos os modelos, haja vista que não houve uma unanimidade para a construção de um projeto de nação (BLAKKISRUD, 2023). A tensão entre as várias visões de como definir a nova nação reflete-se na falta de acordo sobre novos símbolos estatais. Quando, em 1998, Yeltsin apresentou projetos de lei sobre o desenho de uma nova bandeira, hino e brasão de armas, estes foram rejeitados por uma oposição entre comunistas e nacionalistas (BLAKKISRUD, 2023).

Depois de 1991, a concha anteriormente vazia do federalismo soviético foi rapidamente preenchida com um verdadeiro poder político através de um amplo processo de descentralização, e as antigas repúblicas passaram a desenvolver projetos de *nation-building* concorrentes (BLAKKISRUD, 2023). Os maiores exemplos de resistência sistemática foram dos líderes de Tartaristão e Chechênia, sendo exemplos importantes para avaliar como a Rússia dos anos 90 lidou com os movimentos nacionalistas que não atendiam aos seus interesses.

Both republics refused to sign the 1992 Federation Treaty, seeking instead to realize the aspirations of their titular groups by pursuing independent statehood. Tatarstan returned to the fold after Moscow in 1994 offered a bilateral treaty guaranteeing far-reaching autonomy (which has later been gradually emasculated). In the case of Chechnya, the stand-off culminated in a devastating war (1994–1996) – but also in a gradual reorientation among the separatists, from fighting for national self-determination for the Chechens to a more religion-defined, civilizational conflict, where they sought to mobilize the Muslim population of the entire North Caucasus. (BLAKKISRUD, p. 69, 2023)

Por outro lado, é de se esperar que a Rússia pós-1991 não teria condições de formar uma nova identidade rapidamente. Yeltsin, apesar de se mostrar como um *outsider*, foi um dos grandes responsáveis pela manutenção da estrutura política e jurídica soviética.

It was Yeltsin who handed over power to his favourites and enabled cliques to help themselves to state property. It was Yeltsin who adopted (and even edited) the authoritarian constitution that created a framework for the ‘electoral monarchy’. It was Yeltsin who, by failing to cope with the deepening crisis and paralysis of power,

provoked among Russians the longing for order and an 'iron hand'. It is paradoxical that the degeneration of Yeltsin's leadership strengthened demands, not for independent institutions that could prevent further abuses of power, but for a new and more powerful authoritarian leadership. (SHEVTSOVA, p. 893, 2007)

Quando Putin assumiu a presidência em 1999, ele identificou três pilares para o ressurgimento da nação russa: um Estado forte, uma economia efetiva e a consolidação da identidade nacional russa (*rossiiskaia*) (BLAKKISRUD, 2023). Na prática, porém, o Kremlin pareceu dar atenção apenas aos primeiros dois pilares, promovendo uma recentralização do poder e um crescimento econômico sem precedentes entre 2000 e 2008 (BLAKKISRUD, 2023). Com relação ao terceiro pilar, Putin afirmou que a ideia de nação seria desenvolvida gradualmente. Em discursos, o governo de Putin sempre destacou a diversidade étnica da Federação Russa, definindo-a como uma união multiétnica de povos, porém, suas políticas enfatizavam a ideia de “patriotismo cívico” (BLAKKISRUD, 2023).

Com isso, o que se evidencia na visão de *nation-building* do presidente russo é uma tentativa de conciliar uma legitimação tanto interna por meio do modelo multiétnico quanto pela legitimação externa através do modelo cívico. Era do interesse do regime promover a imagem do país como democrático e civilizado para o mundo desenvolvido, a fim de sustentar o crescimento econômico que lhe garantiu grande poder posicional. Em outras palavras, Vladimir sabia que a imagem democrática advinda da estabilidade política e da cooperação internacional lhe permitiria fortalecer o seu regime de modo a ampliar seu poder persuasivo e deter o ímpeto da hegemonia americana de sancionar suas ações dentro e fora do seu território.

No entanto, o crescimento econômico não foi duradouro. A principal causa do sucesso econômico da Rússia foram os altos preços do petróleo, junto com a proteção da competição internacional em áreas importantes da indústria e do comércio. Além disso, a renda da população estava crescendo numa velocidade maior do que a produtividade, podendo desencadear uma crise financeira posteriormente (SHEVTSOVA, 2007).

Outros problemas econômicos presentes na economia russa na era Putin advém também da função que o Estado desempenha. Este é o regulador da economia, mas não respeita a supremacia da lei sobre essas questões, recaindo sobre regras extraoficiais que não possuem consistência alguma, o que leva a corrupção e a negociações heterodoxas (SHEVTSOVA, 2007). Além disso, ainda convive com as características de um petro-Estado durante esse crescimento:

“...an alliance between the bureaucracy and business; the appearance of a rentier class which lives on dividends from the sale of natural resources; systemic corruption; the domination of large monopolies controlled by the bureaucracy; an

economy susceptible to external shocks; the risk of ‘Dutch disease’, whereby a large increase in revenues from natural resources de-industrializes a nation’s economy; state intervention in the economy; and a gulf between rich and poor.” (SHEVTSOVA, p. 895, 2007)

Shevtsova faz uma comparação do regime político russo com as ditaduras latino-americanas dos anos 60 e 70, cujas características envolvem a concentração de poder nas mãos de um líder que se apoia na burocracia, o uso frequente das forças de segurança como instrumento de repressão e o apoio das grandes corporações (SHEVTSOVA, p. 897, 2007). No entanto, a diferença é que esse mesmo regime se autoproclama democrático, adaptando esse discurso aos seus objetivos. As instituições formais de uma democracia são corroídas por tendências autoritárias, oligárquicas e burocráticas (SHEVTSOVA, p. 898, 2007).

Ainda, durante o segundo mandato de Vladimir Putin, o impacto dos eventos internacionais sobre a situação interna russa diminuiu, porém, o efeito foi inverso, com alguns fatores internos influenciando sua política externa, tais como:

“a willingness to exploit high oil prices and the world’s addiction to hydrocarbons; the stabilization of Russia’s internal situation; the West’s uncertainty about how to build a new world order; the US setbacks in Iraq; growing global hostility to American hegemonism; and the crisis of the ‘colour revolutions’ that alarmed the Russian elite in 2004–2005” (SHEVTSOVA, p. 900, 2007)

Por outro lado, os fatores são estruturais e podem ser agrupados em dois objetivos principais: a tentativa de justificar a centralização do poder retomando o modelo de soberania antiocidental; e o desejo de preservar isso endossando a função da Rússia como uma superpotência energética (SHEVTSOVA, 2007). Por outro lado, o ocidente não soube lidar com a oposição da Rússia, visto que tentaram integrar a Rússia ao Ocidente sem que fizesse parte da UE e da OTAN (SHEVTSOVA, 2007).

Voltado para a audiência internacional, Putin fez uso de analogias com episódios do passado onde houve cooperação entre a Rússia e o ocidente para mostrar que é possível estabelecer um novo polo de poder, independente da ordem liberal, mas sem retornar à bipolaridade da guerra fria. A estrutura é, em grande parte, diretiva, onde o objetivo é convencer a audiência de que a Rússia não precisa ser vista ainda como inimiga e que está disposta a cooperar, contudo, sem uma subordinação aos interesses da ordem unipolar.

Isso levou a uma relação ambígua, que até beirava o absurdo. Segundo a autora,

“On the one hand, Russia cooperates with Europe in the Council of Europe and its parliamentary assembly, and with NATO in the NATO–Russia Council; it develops ‘road maps’ for rapprochement with Europe. On the other hand, Moscow regards Ukraine’s inclination towards Europe and Georgia’s attempt to join NATO

as hostile acts. On the one hand, Russia had the presidency of the G8 in 2006. On the other, it continues to accuse the West of undermining its territorial integrity. On the one hand, Moscow views the United States as a partner in the anti-terrorist coalition. On the other, it demands that the Americans leave Central Asia, which is rapidly becoming a centre for the spread of terrorism. On the one hand, Putin seeks to attract western investment in Russia. On the other, he unleashes a barrage of anti-western propaganda and attempts to force western investors to sell their assets to the Russian state.” (SHEVTSOVA, p. 903, 2007)

Esta ambiguidade, contudo, terminou com o discurso de Vladimir Putin na Conferência de Munique, 2007, onde o presidente russo culpa abertamente os Estados Unidos por minar as instituições internacionais e promover conflitos no oeste da Ásia e, após a intervenção russa na Geórgia no ano seguinte, os laços entre EUA e Rússia foram rompidos (KUMAR, 2018). Desde então, Rússia e EUA estão em lados opostos em vários conflitos subsequentes, como Ucrânia, Síria, Afeganistão, Iraque e Irã, tendo como questões importantes o programa nuclear iraniano e a expansão da OTAN para o Leste europeu (KUMAR, 2018).

Além da expansão da OTAN, a parceria do Leste europeu feita pela UE em 2009 foi um ponto de tensão entre Rússia e União Europeia.

“Through this programme, the EU wants to foster closer partnership with Armenia, Azerbaijan, Georgia, Belarus, Moldova and Ukraine. But this policy clashes with the Russian policy of Eurasianism and the near abroad. Russia believes that it is losing its traditional areas of influence which were in the zone of Russian influence. This EU programme was at the core of crisis in Ukraine (2013–2014)”. (KUMAR, p. 221, 2018)

Já “a intervenção na Síria foi o primeiro caso de intervenção da Rússia pós-soviética para além das fronteiras da antiga União Soviética” (KUMAR, p. 222, 2018). A Síria é um importante aliado para a Rússia, e perder essa região para o ISIS ou para os EUA se constituía numa ameaça securitária para a Rússia e para a Ásia Central (KUMAR, 2018).

No âmbito interno, o anúncio da troca de posições entre Putin e Medvedev seguido pelas eleições em 2011 levaram a uma grande onda de protestos contra o regime e, como parte da sua estratégia de reeleição, Putin publicou um artigo denominado “*The National Question*” em 2012, onde “...he lashed out against European-style multiculturalism as well as Russian ethno-nationalism. The latter he described as “a bacillus” that, if left unchecked, might infect and shatter the Russian state.” (BLAKKISRUD, p. 72, 2023) Enquanto dispensava toda a conversa sobre construir uma Rússia nacional, um Estado mono-étnico, Putin avança na ideia de “Russianness”, ou seja, uma civilização poli-étnica unida por uma cultura russa (BLAKKISRUD, 2023)

Em seu discurso de 2013 em Valdai, Putin reafirmou a importância da tríade de russos étnicos, idioma russo e cultura russa como o ponto focal para a coesão nacional e para a identidade, adicionando também o papel da Igreja Ortodoxa russa na defesa dos valores familiares tradicionais russos, em contraposição a uma Europa decaída moralmente (BLAKKISRUD, 2023).

Já no nível nacional, há a intenção de se garantir a legitimidade dos atos de securitização por meio de narrativas como a da “Rússia histórica” e do “mundo russo”, com o emprego de metonímias tais como “Rússia/Rossiskii” e nação/civilização e de estereótipos como a de uma nação conservadora e religiosa em contraposição a uma civilização decaída.

2.3 A geopolítica do *near abroad* e a diáspora russa:

A guerra da Ucrânia iniciada em 2022 certamente é a motivação principal do presente trabalho, e foi possível observar até aqui de que forma o agente securitizador Vladimir Putin conseguiu obter legitimidade para empreender esta ofensiva. O ponto a que é dedicada esta seção diz respeito à instrumentalização da população russa que vive nas outras ex-repúblicas soviéticas desde 1991.

A agressividade da política externa russa após 1991 se dá em grande parte pela suposta defesa dos interesses dos russos étnicos da diáspora. Suslov apresenta esta questão como uma pauta que gera muita ansiedade nos países vizinhos, seja pela Rússia poder enxergá-los como traidores, seja enxergando-os com bons olhos, como alternativa para viver em condições semelhantes ou melhores que no território russo; seja como instrumentos de *soft power* do regime russo (SUSLOV, 2018).

O autor afirma que a diáspora e sua terra natal existem em uma relação dialética, onde não só o território constrói a diáspora, mas também como a diáspora gera um efeito nos processos identitários da *homeland*, colocando questões sobre as fronteiras e a essência da *Russianess* (SUSLOV, 2018). Logo, esse processo abre um campo de possibilidades sobre como o Estado russo pode utilizar isso a seu favor.

“In geopolitical discourses diaspora usually appears as an example of “influence” without a “sphere” (Hast 2014, 22), which defies the idea of direct political dominance beyond the state borders but at the same time opens vast perspectives of thinking in terms of “soft power” influence abroad.” (SUSLOV, pp. 332-333, 2018)

Isto porque a compreensão da identidade russa projetada para as fronteiras desses outros Estados é mais um projeto da elite e uma crença das massas do que um entendimento compartilhado por toda a *commonwealth* russa, isto é, fruto do auto entendimento enquanto

grande potência e como o centro legítimo do espaço civilizacional (FEKLYUNINA, 2016). Logo, Suslov discute de que forma o conceito de “Russian world” é usado para justificar o direito que o Kremlin possui de ter uma esfera de influência exclusiva na região pós-soviética (SUSLOV, 2018). Para isto, ele pretende analisar os estágios da trajetória intelectual relacionada a esse conceito, e os divide em três: o primeiro, entre 1996 e 2001, o segundo, entre 2001 e 2009, e o terceiro, entre 2009 e 2015.

O primeiro seria permitir que se formem “ilhas periféricas” da população falante do russo a fim de melhor providenciar ao Estado russo capitais e informação, facilitar o diálogo internacional e mitigar os efeitos da globalização (SUSLOV, 2018). Aliado a isso, estaria a ideia de uma “Rússia europeia”, cujo ideal seria que a diáspora russa servisse como elemento de conexão entre o país e o restante da Europa, conduzindo a um futuro projeto de desenvolvimento da Rússia (SUSLOV, 2018).

No segundo momento na ideologia geopolítica russa pós-soviética, o presidente Putin fez um discurso no primeiro Congresso de compatriotas russos, no qual ele realmente lançou o programa de consolidação do “mundo russo”. A ideia central em sua fala foi a de que a Rússia não seria a dona da diáspora, mas uma parceira, que pode oferecer suporte econômico e político em troca de novas tecnologias, investimentos e da promoção da imagem da Rússia para o resto do mundo (SUSLOV, 2018). Esta visão estava baseada na ideia de que a identidade russa não estava mais limitada ao seu território, mas a sua cultura, valores e idioma, e que o “mundo russo” seria como um conjunto de tentáculos da nação russa (SUSLOV, 2018).

Por outro lado, vale ressaltar que o sucesso da instrumentalização da diáspora é questionável, considerando tanto a falta de controle sobre essa população no exterior quanto a assimilação da cultura no país de residência. A estratégia adotada por Putin para mitigar esse fenômeno “pós-diaspórico” foi apelar para a hipocrisia ocidental de negligenciar violações de direitos humanos realizadas em seus próprios territórios, tendo como ponto focal a população da diáspora presente no Leste europeu e sendo alvo de regimes russofóbicos (SUSLOV, 2018). Foi assim que o regime russo justificou a invasão à Geórgia, a anexação da Crimeia e, atualmente, a invasão à Ucrânia.

O último estágio seria uma adaptação da tese de Huntington sobre o “choque de civilizações”, porém, de forma mais harmoniosa. Seriam “mundos” que mantêm relações comunicativas entre si, mas preservando suas culturas que, internamente, seriam compostas por uma comunidade interestatal fraterna (SUSLOV, 2018). Com base nessa perspectiva, um cientista político chamado Mikhail Il’in cunhou o termo *khoritika*, onde ele designa uma nova

realidade onde entidades heterogêneas e transterritoriais coexistem enquanto sujeitos políticos e se relacionam pacificamente (SUSLOV, 2018).

“According to this vision, the “Russian world” is a world of specific culture, bequeathed from the defunct empire, and commensurable with other post-imperial cultural “worlds” such as the Commonwealth of nations, francophonie, Hispanidad or Lusofonia. The “Russian world” in this sense is one of such “worlds”, which has a role to play as an independent actor but which is neither ethically homogenous nor politically sovereign (in the strict sense of the word). Instead, the space of the “Russian world” is characterized by various degrees of cultural “presence” and “influence”” (SUSLOV, pp. 342-343, 2018)

Contudo, a virada conservadora na ideologia oficial russa, aliada à crise na Crimeia, trouxe uma nova roupagem para o “*Russian world*”. Primeiro, “*Russianess*” passa a ser vista não como vários tons culturais híbridos, mas como uma cadeia única de igualdade: povo russo, Estado russo, terras russas, cultura russa e valores russos (SUSLOV, 2018). Assim, a abordagem geopolítica deixou de ser diaspórica para uma postura irredentista, ou seja, aspira à unidade territorial nacional, anexando terras que estão sujeitas ao domínio estrangeiro.

“This heightened sensibility towards borders and territories prompted Mezhuev to speculate on the geographical zone where “hardcore” “Russian world” could be found: most notably, in the South and South-East of Ukraine, Eastern Belarus and Northern Kazakhstan” (SUSLOV, p. 345, 2018)

Diante do exposto, é possível depreender que, ao longo dos 20 anos de tradição geopolítica, houve uma mudança numa concepção não territorial, mais focada na população que vivia no exterior e cívica para uma territorial, voltada à população que vive dentro do território da Rússia e etnocêntrica. Além disso, vale destacar a superioridade do *soft power* empreendido pelo ocidente do que o pretendido pelo Estado russo, que ainda não possuía uma base sólida para a identidade nacional, como esses três estágios demonstram.

Sob um ponto de vista diferente, é possível ver esta transição na percepção dos próprios países que compõem a Comunidade dos Estados Independentes e nas razões para a pretensão de seus membros de migrar para uma ordem que lhes desse maior autonomia. Segundo Bogdanov, muitos desses Estados afirmaram seu compromisso com os princípios da ordem euro-atlântica como igualdade de soberania, integridade territorial, não intervenção, não uso da força e uma resolução cooperativa das disputas internacionais (BOGDANOV, 2021). Esses princípios embasam um reconhecimento compartilhado de que não havia mais nenhuma soberania suprema além das fronteiras nacionais.

“Even in the case of outright aggression, the CIS Charter just urges the member-states to initiate consultations and coordinate joint actions, allowing the

national governments to make the ultimate decisions on every matter of importance insofar as 'the Commonwealth is not a state and does not possess any transnational authorities.'" (SODRUZHESTVA, 1993 apud BOGDANOV, p. 491, 2021)

Portanto, a criação da CEI contribuiu para a emergência de uma sociedade internacional pós-soviética pautada no direito internacional e na lógica da anarquia, tendo como referência a instituição do Estado-nação (BOGDANOV, 2021). Ao mesmo tempo, contudo, a consolidação desta comunidade se viu prejudicada quanto às desavenças existentes sobre quais seriam os objetivos e valores comuns desta organização. Para a Ucrânia, por exemplo, a CEI seria um mecanismo para lidar unicamente com questões trazidas pelo colapso da União Soviética; já o Cazaquistão o via como instrumento de integração econômica, enquanto que, para a Rússia, era uma forma de manter sua hegemonia (BOGDANOV, 2021).

A esse respeito, vale lembrar que, desde os anos 90, o discurso oficial da Rússia mencionava os Estados pós-soviéticos como “*near abroad*”, cujo caminho de desenvolvimento estaria inevitavelmente ligado à Rússia em termos culturais e históricos (BOGDANOV, 2021). Em 1993, o governo russo declarou que a proteção dos direitos dos russos étnicos e da população falante do russo que vive no “*near abroad*” seria a prioridade da política externa da Rússia. Isso implica no entendimento de que a Rússia é a responsável por promover estabilidade, direitos humanos e liberdades no espaço pós-soviético por meio da persuasão e, se necessário, pela força (BOGDANOV, 2021). Em particular, Moscou se articulou para atribuir a si mesma esses compromissos e deveres, como um *hegemon*. Assim, a função de facilitador de reformas democráticas e garantidor da paz pode ser vista como uma tentativa de se estabelecer uma sociedade internacional “quase anárquica”, estruturada pelo reconhecimento mútuo da igualdade de soberania e na subordinação implícita entre a região pós-soviética e a Rússia (BOGDANOV, 2021).

Por outro lado, é possível argumentar que a própria configuração da Comunidade dos Estados Independentes contribuiu para o retorno a uma estrutura mais “hierárquica”. Havia uma delimitação da fronteira externa bem definida, porém, as fronteiras internas eram bastante contestadas devido a disputas territoriais não resolvidas, à grande população falante do russo vivendo fora do seu território de origem e as reivindicações da Rússia de possuir direitos especiais sobre o “*near abroad*” (BOGDANOV, 2021).

É importante notar, ainda, que a sua promoção enquanto grande potência se deve em grande parte à presença da ordem internacional liberal na região, seja por meio de organizações internacionais multilaterais, ONGs, além do próprio modelo de democracia liberal (BOGDANOV, 2021). A Rússia foi se tornando progressivamente mais propensa a se enxergar

como o centro do “*Russian world*”, visto que a cultura russa seria o elo de irmandade com Belarus e Ucrânia, que possuem uma origem civilizacional comum.

“Russia, from this viewpoint, enjoys extensive obligations to maintain the integrity of this community and to preserve its unique cultural core through provision of “comprehensive, effective protection of rights and legal interests of compatriots, living abroad” (BOGDANOV, p. 492, 2021)

Na prática, como o caso da independência das províncias da Geórgia, há uma instrumentalização do discurso da soberania a partir da proteção da população russa externa para manter as duas regiões “clientes” dos interesses da nação russa, por meio de acordos que promovem a subordinação delas à última (BOGDANOV, 2021).

Assim, é possível depreender que a herança imperial da Rússia tem profunda influência na sua percepção de ameaça e na conseqüente projeção de poder para o espaço pós-soviético. As credenciais de herdeira da URSS e a diáspora russa para o “*near abroad*” foram os principais instrumentos utilizados pelo regime russo para reconstruir sua política externa e sustentar a propaganda de grande potência junto ao sistema internacional. Isso se reflete na lógica das suas agressões, que violam a integridade territorial de outros Estados em nome da defesa da fronteira externa da sociedade internacional da “*commonwealth russa*” e utilizam a sua população que vive nesses países como um instrumento de dissuasão e de intervenção na política interna destes, em nome de uma história, cultura e futuro comuns.

Por conseguinte, o dilema da transição democrática russo nos auxilia a compreender a influência das relações de poder entre orador e audiência nos processos de securitização e até mesmo o seu propósito dentro da esfera política. A evolução da ideologia do governo de Vladimir Putin permite conhecer o contexto sobre o qual ele conduz seus discursos de acordo com o *frame* que melhor exprime seu foco perlocucionário e as *storylines* utilizadas para trazer legitimidade aos seus atos securitizantes. A reflexão sobre a natureza do regime de Putin permite avaliar o papel da sua posição na consolidação de um poder discursivo capaz de convencer a população sobre a manutenção da ordem democrática dentro do país e a autoridade que possui para denunciar e intervir nos casos em que os princípios democráticos não estão sendo obedecidos. O pensamento geopolítico, por sua vez, indica o “estado real das coisas” proposto por intelectuais russos para enxergar o pós-guerra, com fins a justificar uma política externa mais intervencionista sobre os países do CEI, visando demonstrar que a sobrevivência do Estado russo (território, povo e governo) é o que está sob ameaça. A fim de responder às perguntas “como?”, “quem?” e “o quê?”, mas com uma maior ênfase no ato

discursivo de securitização, este capítulo se serve como um pano de fundo intertextual com vistas a contribuir para a análise discursiva subsequente.

CAP. 3 - ANÁLISE:

Antes de tudo, é importante ressaltar que o problema da pesquisa é analisar de que maneira Putin securitizou a expansão da OTAN e da UE para buscar legitimação de sua invasão do território ucraniano e como se dá esse processo numa ordem política não democrática. A inquirição envolve explorar três grandes elementos presentes nos discursos que antecederam as intervenções militares russas na era Putin, que são tomados aqui como efeitos de uma securitização bem-sucedida. Em primeiro lugar, um forte apelo à história e cultura comuns à Rússia e a sua zona de influência, tanto pelo legado do império russo quanto pelo regime soviético. Em segundo, um apelo à justiça e ao direito internacional, que se reflete na tentativa de reformar a ordem internacional do pós-guerra. Por último, um apelo à população russa que vive fora do seu território, como uma justificativa para uma política externa mais intervencionista e até agressiva.

Para trazer compreender cada uma das nuances argumentativas do presidente russo, há uma forte conexão entre história e ciência política em cada apelo. No campo identitário, apresentar a evolução da ideologia do governo de Vladimir Putin, ilustrando seu diálogo com o conservadorismo, o pan-eslavismo e seu excepcionalismo, que colocam sua jornada civilizacional como única e grandiosa. Quanto à natureza política do seu regime, observar como se deu a transição democrática na Rússia, ao mesmo tempo em que se destaca o legado autoritário ainda presente no país. Já na área geopolítica, averiguar em que medida a diáspora russa serviu como um instrumento para estabelecer sua zona de influência e justificar as intervenções militares diante de uma ameaça tanto externa (americanismo) quanto interna (russofobia).

Os três elementos serão analisados, primeiramente, em cada discurso. Os discursos são o da Conferência de Segurança em Munique, 2007, por anteceder a invasão à Geórgia em 2008, o discurso crimeano em 2014 e o discurso que anuncia a invasão à Ucrânia em 2022. Depois disso, os argumentos serão compilados a fim de identificar semelhanças e diferenças entre os três e, principalmente, responder às perguntas de pesquisa.

3.1 Discurso 2007:

O discurso na Conferência de Munique está enquadrado na vertente de apresentar uma questão na agenda securitária. Tal processo de securitização consiste numa reivindicação, num alerta e numa sugestão, tal como Juha Vuori orienta (VUORI, p. 77, 2008)

“The perlocutionary effect intended is convincing decision-makers of the urgency of a threat, so they will raise the issue on their agenda and put the suggested measures into effect. The illocutionary point of this type of securitization is directive; the point is to try to get other people to do things, to get the hearer to carry out the course of action represented by the propositional content, e.g. to do X in order to repel threat Y.”

O primeiro ponto é a proposição da reivindicação: a expansão da OTAN para o Leste ameaça a soberania da Rússia. As condições preparatórias envolvem a tentativa de provar que essa ameaça é real e apresentar o “estado das coisas”. A evidência está numa maior sensação de insegurança por parte dos países, no aumento dos conflitos regionais e a Rússia como um exemplo de transição democrática pacífica, sem intervenção externa.

“I consider that the unipolar model is not only unacceptable but also impossible in today’s world. And this is not only because if there was individual leadership in today’s – and precisely in today’s – world, then the military, political and economic resources would not suffice. What is even more important is that the model itself is flawed because at its basis there is and can be no moral foundations for modern civilisation.” (PUTIN, 2007)

A base argumentativa para a ameaça é que tal ordem vai de encontro à moralidade internacional prescrita na Carta das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, chama atenção para a falta de condições materiais para que um unipolo promova a segurança global.

- **Apelo à história e cultura comuns:**

It is sufficient to look at recent history. Did not our country have a peaceful transition to democracy? Indeed, we witnessed a peaceful transformation of the Soviet regime – a peaceful transformation!” (PUTIN, 2007)

O presidente Putin destaca que a Rússia é um grande exemplo de transição democrática de regime a partir da “escolha histórica” do seu povo. A forma como ele apresenta isso ao longo do texto reflete dois pontos: antes de tudo, a democracia é um valor pertencente à nação russa na compreensão de Putin, ou seja, uma nação governada pelos valores de uma maioria soberana, e aí se encontra o elemento de coesão social que impulsionou a força política tanto do estadista quanto do seu partido.

“But we should not forget that the fall of the Berlin Wall was possible thanks to a historic choice – one that was also made by our people, the people of Russia – a choice in favor of democracy, freedom, openness and a sincere partnership with all the members of the big European family.” (PUTIN, 2007)

Quanto ao segundo, o suposto florescimento espontâneo da democracia na Rússia seria o status que a torna capaz de ser identificada como parte da “família europeia”. Ao longo do

artigo, é possível observar uma maior proximidade com a concepção de nação cívica, tendo como base a identidade europeia da Rússia para vender a imagem de uma Rússia que não deve ser vista como ameaça, mas como uma potencial aliada, tendo em vista a cultura democrática presente no seu povo.

“The potential danger of the destabilization of international relations is connected with obvious stagnation in the disarmament issue. It is important to conserve the international legal framework relating to weapons destruction and therefore ensure continuity in the process of reducing nuclear weapons.” (PUTIN, 2007)

A ideologia de Putin aos poucos vai priorizando o primeiro desdobramento em detrimento do segundo tendo em vista a não reciprocidade no campo da cooperação, especialmente no que tange à transparência e obediência aos tratados firmados de âmbito militar, como o tratado de forças armadas convencionais na Europa.

“We are open to cooperation. Foreign companies participate in all our major energy projects. (...) Try, try to find me a similar example where Russian business participates extensively in key economic sectors in western countries. Such examples do not exist! There are no such examples.” (PUTIN, 2007)

Vale ressaltar o peso do crescimento econômico russo na argumentação em favor da cooperação com o Ocidente e a ênfase na transparência, a fim de mostrar que a Rússia não tem interesse algum em disputar o mercado europeu com os americanos. O crescimento econômico acelerado nos anos 2000 também serve como um argumento para se pensar na multipolaridade, porém, sem a formação de uma coalizão anti-hegemônica naquele momento.

“In conclusion I would like to note the following. We very often – and personally, I very often – hear appeals by our partners, including our European partners, to the effect that Russia should play an increasingly active role in world affairs. (...) Russia is a country with a history that spans more than a thousand years and has practically always used the privilege to carry out an independent foreign policy.” (PUTIN, 2007)

O não alinhamento aos interesses da hegemonia norte-americana expressa na afirmação de uma “política externa independente” traz a noção de que, naquela ocasião, o intento do presidente russo era a de tornar a Rússia um polo de poder que preza pelos seus próprios interesses e que detém opinião própria, mas sendo vista como o *self* nas relações com o Ocidente. A política externa russa tem se voltado muito mais para a sua tradicional zona de influência do que para as questões globais, e isso se dá a partir da justificação de que se trata de um conjunto unido de povos que possuem valores em comum, logo, as intervenções são

justificadas pela presença étnica russa nesse território estrangeiro, formando assim um amplo consenso interno que legitima o ator securitizador a fazer algo a respeito.

- **Apelo ao direito internacional:**

Quanto à justificação propriamente, está a crítica à ordem unipolar por não carregar consigo princípios democráticos. Ao contrário, demonstra-se um grande desdém pelo direito internacional, visto que se tem confundido este com o sistema jurídico de um único Estado, que superou as fronteiras do seu Estado em todos os sentidos, além de tomar decisões com base “no calor do momento”, como ilustrado abaixo:

“We are seeing a greater and greater disdain for the basic principles of international law. And independent legal norms are, as a matter of fact, coming increasingly closer to one state’s legal system. (...) In international relations we increasingly see the desire to resolve a given question according to so-called issues of political expediency, based on the current political climate. And of course this is extremely dangerous. It results in the fact that no one feels safe. I want to emphasize this – no one feels safe! Because no one can feel that international law is like a stone wall that will protect them.” (PUTIN, 2007)

Isso conduz ao nível do alerta, que consiste na deflagração de mais conflitos armados, na proliferação de armas nucleares, numa corrida armamentista desenfreada e no fortalecimento do terrorismo. Todas essas questões compõem o que seria o cenário futuro que se quer evitar. Desse modo, as condições seriam a de demonstrar que a audiência tem razão para acreditar que o evento futuro acontecerá e que não deseja que aconteça. Esta condição aparece de forma mais clara apenas neste trecho onde Putin dialoga com o discurso de outro estadista, mas tal recurso possui um grande peso para a sua argumentação.

“I am convinced that the only mechanism that can make decisions about using military force as a last resort is the Charter of the United Nations. And in connection with this, either I did not understand what our colleague, the Italian Defence Minister, just said or what he said was inexact. In any case, I understood that the use of force can only be legitimate when the decision is taken by NATO, the EU, or the UN. If he really does think so, then we have different points of view. Or I didn’t hear correctly.” (PUTIN, 2007)

Aqui, é possível notar que Putin tenta não seguir pelo caminho de provar que a sua própria audiência (chefes de Estado e ministros de defesa ocidentais) contribui ativamente para a manutenção da ordem que ele pretende reformar. No entanto, num exemplo mais contundente como o da fala do ministro da defesa italiano, é possível perceber que Putin pretende destacar a associação feita entre as organizações internacionais e a ordem hegemônica estadunidense,

como se fossem sinônimos. Ou seja, a ordem ocidental apenas serve para atender aos interesses dos Estados Unidos.

Aliado a isso, está a argumentação de que a transição pacífica da URSS se deu graças a acordos estabelecidos entre as duas superpotências, incluindo a não-expansão da OTAN para o leste da Alemanha, porém, não foi isso que aconteceu.

“Simultaneously the so-called flexible frontline American bases with up to five thousand men in each. It turns out that NATO has put its frontline forces on our borders, and we continue to strictly fulfill the treaty obligations and do not react to these actions at all.”

O presidente Putin argumenta que toda a fidelidade do Estado russo aos princípios do direito internacional e aos tratados bilaterais no setor de segurança tem sido em vão porque todo esse esforço para romper com o passado soviético não alterou a percepção ocidental da Rússia como grande inimiga da democracia e da liberdade, e a expansão da OTAN para o Leste é a prova disto.

Diante desses elementos, é possível identificar os paradoxos da Shevtsova sobre as relações entre a Rússia e o ocidente. Por um lado, engaja-se na cooperação com a União Europeia e com a OTAN e, por outro, enxerga a intervenção dessas instituições na sua zona de influência como atos hostis (SHEVTSOVA, 2007), e o ponto de ruptura que os torna adversários em todas as questões de segurança internacional é justamente o discurso na Conferência de Munique em 2007 (KUMAR, 2018).

- **Apelo à proteção dos nacionais no exterior:**

Nesse discurso, não há qualquer menção à diáspora russa, porém, há uma menção a duas intervenções realizadas pela Rússia nos anos 90, na Geórgia e na Moldávia.

“NATO countries openly declared that they will not ratify this treaty, including the provisions on flank restrictions (on deploying a certain number of armed forces in the flank zones), until Russia removed its military bases from Georgia and Moldova.” (PUTIN, 2007)

Putin afirma que não há qualquer intenção expansionista contra esses dois Estados e que suas tropas estão sendo retiradas a fim de reduzir as tensões com o ocidente. No entanto, não encontra uma reciprocidade visto que há cerca de 5 mil soldados da OTAN em cada país.

O que se observa nesta fala é uma argumentação pautada no eurasianismo, na identidade europeia da Rússia, como se não houvesse necessidade alguma de mobilização de tropas para as fronteiras da Rússia. No entanto, as intervenções nos dois países envolviam o apoio de líderes locais pró-Rússia e com uma população falante do russo considerável nessas regiões. Assim, confirma-se a grande relevância para o pensamento geopolítico russo da população diaspórica

de arrogar direitos especiais sobre os países da “*commonwealth* russa”, estabelecendo uma relação de subordinação à política externa russa. No entanto, a expansão da ordem liberal coloca o regime de Putin em estado de alerta porque temia, naquela ocasião, que a presença ocidental no Leste europeu desafiaria e colocaria em xeque a hegemonia russa na região.

3.2 Discurso 2014

O discurso crimeano se encaixa na vertente de legitimação de atos passados, apesar de ser um discurso que ocorre imediatamente após a anexação da Crimeia. O ponto é que, no campo do direito internacional, Putin resgata alguns dos argumentos já mencionados na Conferência de Munique, o que sinaliza muito mais a reprodução de um ato de securitização do que a formação de uma nova agenda. Trata-se, em última instância, de uma modalidade de securitização voltada para a justificação dos atos de um ator securitizador que, no caso, é o tomador de decisões russo.

O aspecto ilocucionário desta vertente é uma linguagem assertiva, onde Putin apresentou a seguinte proposição: a Crimeia está sendo anexada ao território russo a fim de proteger os direitos das minorias étnicas que habitam na região. As condições preparatórias dizem respeito, primeiramente, às provas (razões) que o falante possui para a veracidade da reivindicação e, em segundo lugar, ao porquê de o falante ter realizado o ato.

- **Apelo à história e cultura comuns:**

A proposição do ato discursivo é: a anexação da Crimeia é um ato legítimo por conta dos seus laços históricos e culturais com a Rússia. O presidente Vladimir Putin apresentou as condições preparatórias para sustentar a sua proposição retratando, em primeiro lugar, a importância do local para a história do povo russo.

“Everything in Crimea speaks to our shared history and pride. This is the site of the ancient Khersones, where Prince Vladimir was baptized. His spiritual feat of adopting Orthodoxy predetermined the general basis of culture, civilization and human values that unite the peoples of Russia, Ukraine and Belarus. The tombs of Russian soldiers whose bravery brought Crimea into the Russian empire are also in Crimea. This is also Sevastopol – a legendary city with a rich history, a fortress that serves as the birthplace of the Russian Black Sea Fleet. Crimea is Balaklava and Kerch, Malakhov Kurgan and Sapun Ridge. Each of these places is dear to our hearts, symbolizing Russian military glory and extraordinary valor.” (PUTIN, 2014)

O que o estadista pretende fazer é reavivar a memória da sua população para o significado que a Crimeia possui para a sua identidade nacional e para o renascimento da Rússia enquanto país poderoso e influente. A religião cristã ortodoxa, a identidade pluriétnica e a memória de um império triunfante na guerra são alguns destes símbolos.

Em seguida, Putin procura explicar o porquê de a região ter pertencido à Ucrânia após a dissolução do império soviético.

“After the revolution, the Bolsheviks, for a variety of reasons – may God judge them – added large sections of Russia's historic south to the Republic of Ukraine. (...) This was a personal initiative of the head of the Communist Party Nikita Khrushchev. What lies behind his decision – a desire to win the support of the Ukrainian political establishment or atone for the mass repressions of the 1930s in Ukraine – is for historians to discover.” (PUTIN, 2014)

A esquivada de Putin em afirmar qualquer opinião mais dura contra o passado soviético se dá pelo uso do tipo expressivo, onde ele expressa um certo lamento ao se referir ao período da União Soviética, ao mesmo tempo em que tenta não trazer explicações sobre a motivação do governo soviético por conta da permanência de pelo menos parte dos oficiais do regime anterior no seu governo atual, e a crítica à URSS poderia ser interpretada como uma crítica indireta a essa cúpula. No entanto, ele conclui que houve uma violação das normas constitucionais vigentes naquele território tendo em vista que não se considerou a opinião e a diversidade étnica da população crimeana. A URSS terminou e a Ucrânia se tornou um Estado independente com a Crimeia, e não houve nenhum tipo de resistência por parte da Rússia. O presidente russo atribui ao cenário difícil dos anos 90 e a ausência de um governo forte para a permanência da região da Crimeia no território ucraniano.

“Time and time again attempts were made to deprive Russians of their historical memory, even of their language and to subject them to forced assimilation.” (PUTIN, 2014)

“Crimea is our common historical legacy and a very important factor in regional stability. And this strategic territory should be part of a strong and stable sovereignty, which today can only be Russian.” (PUTIN, 2014)

Houve uma tentativa de estabelecer as fronteiras russo-ucranianas, porém, as negociações não avançaram. Enquanto isso, houve tentativas de privar os russos que habitavam na região da sua memória histórica, até do seu próprio idioma. Com isso, Putin tenta justificar a anexação da Crimeia apresentando o Estado russo como aquilo que a população local está procurando: uma soberania forte, com uma identidade nacional bem definida e que protege os direitos das minorias étnicas.

- **Apelo ao direito internacional**

Esta arguição relaciona a democracia com o princípio da autodeterminação dos povos, e tem como reivindicação a ascensão de um regime não democrático na Ucrânia e a violação aos princípios do direito internacional ao subjugar a etnia russa na região da Crimeia.

“The right to peaceful protest, democratic procedures and elections exist for the sole purpose of replacing the authorities that do not satisfy the people. However, those who stood behind the latest events in Ukraine had a different agenda: they were preparing yet another government takeover; they wanted to seize power and would stop short of nothing. They resorted to terror, murder and riots. Nationalists, neo-Nazis, Russophobes and anti-Semites executed this coup. They continue to set the tone in Ukraine to this day.” (PUTIN, 2014)

Esta é uma constatação do governo russo diante da revolução *Maidan* que aconteceu na Ucrânia em 2014, e foi marcada pela violência e pelo ímpeto dos manifestantes de fazer parte da União Europeia e da OTAN, ao mesmo tempo em que se distancia da Rússia. Não há muito como provar a tese do orador, porém, indiretamente isto se refletiria no apoio da população da Crimeia à empreitada russa de reassumir seu território, e esta suposta evidência já é mencionada logo no início do discurso.

“A referendum was held in Crimea on March 16 in full compliance with democratic procedures and international norms. More than 82 percent of the electorate took part in the vote. Over 96 percent of them spoke out in favour of reuniting with Russia. These numbers speak for themselves.” (PUTIN, 2014)

Quanto ao porquê de Putin ter realizado o ato discursivamente e materialmente, é possível dividir sua argumentação em três: uma defesa contra a denúncia ocidental de que se trata de uma violação do direito internacional; a necessidade de se tomar uma providência por conta própria tendo em vista a parcialidade e a ineficácia das instituições internacionais da ordem unipolar; e a consolidação da ameaça através das retaliações citadas pela ordem política ocidental.

“Now this is a matter for Russia’s own political decision, and any decision here can be based only on the people’s will, because the people are the ultimate source of all authority.” (PUTIN, 2014)

Primeiro, Putin explica que não se trata de violação porque a presença das forças armadas russas na Crimeia foi apenas acrescida e que o número não ultrapassou o efetivo de 25 mil, de acordo com as normas do direito internacional. Além disso, o referendo foi pautado no princípio da autodeterminação dos povos, prescrito na Carta das Nações Unidas, e Putin critica a injustiça feita à população da Crimeia haja vista que o mesmo princípio foi utilizado para a independência da própria Ucrânia e do Kosovo.

“After the dissolution of bipolarity on the planet, we no longer have stability. Key international institutions are not getting any stronger; on the contrary, in many cases, they are sadly degrading. Our western partners, led by the United States of

America, prefer not to be guided by international law in their practical policies, but by the rule of the gun.” (PUTIN, 2014)

Segundo, o presidente russo critica a instabilidade decorrente da quebra da bipolaridade após a queda da URSS. Afirma a crença ocidental na sua própria exclusividade e excepcionalismo como base para hostilidades contra Estados soberanos e simplesmente ignoram as resoluções das Nações Unidas, mesmo quando violam o direito internacional. Como exemplos, Putin destaca a Iugoslávia, o Afeganistão e o Iraque. Ademais, argumenta que a intervenção ocidental nas revoluções coloridas foi a responsável pelo caos e violência ao invés de democracia e liberdade.

“We understand what is happening; we understand that these actions were aimed against Ukraine and Russia and against Eurasian integration. And all this while Russia strived to engage in dialogue with our colleagues in the West. We are constantly proposing cooperation on all key issues; we want to strengthen our level of trust and for our relations to be equal, open and fair. But we saw no reciprocal steps.” (PUTIN, 2014)

Terceiro, procura explicar que o objetivo da hegemonia norte-americana é impedir a integração eurásiana, visto que a Rússia estaria disposta a cooperar com seus parceiros europeus, mas este movimento não encontra reciprocidade. Ao contrário, tem expandido a OTAN para o Leste, ameaçado a Rússia com sanções econômicas e até supostamente financiando uma oposição interna.

É possível notar uma guinada mais clara para a defesa da democracia não como um elo que tanto a Rússia como a Europa Ocidental compartilham, mas como um bem sendo atacado pela expansão da influência estrangeira, visto que a segurança e a liberdade da sua própria população estão sendo ameaçadas. Logo, há uma ênfase que provém muito mais de uma perspectiva étnico-nacionalista do que a cívica como foi no discurso de 2007.

- **Apelo à proteção dos nacionais no exterior:**

“However, this is not how the situation developed. Time and time again attempts were made to deprive Russians of their historical memory, even of their language and to subject them to forced assimilation. Moreover, Russians, just as other citizens of Ukraine are suffering from the constant political and state crisis that has been rocking the country for over 20 years.” (PUTIN, 2014)

Na parte anterior a este fragmento, Putin vinha argumentando que havia, em princípio, cedido a Crimeia ao território ucraniano a fim de manter boas as relações com o país vizinho. Percebe-se a mudança de estágio na ideologia geopolítica na era de Vladimir Putin, onde o “mundo russo” promovido por Putin inicialmente servia como um parceiro para o Estado russo a fim de imprimir *soft power* nos locais de residência da diáspora. Porém, a violação dos direitos

humanos contra a população russa na Crimeia alterou a postura do governo russo que passou a enxergar essas populações como incapazes de lutar por si mesmas por um futuro melhor, haja vista a crescente russofobia na região. Logo, há a adoção de uma postura irredentista que se justifica, na visão do presidente, no referendo, na consulta popular quanto à situação da Crimeia na Rússia e no direito internacional.

“Those who opposed the coup were immediately threatened with repression. Naturally, the first in line here was Crimea, the Russian-speaking Crimea. In view of this, the residents of Crimea and Sevastopol turned to Russia for help in defending their rights and lives, in preventing the events that were unfolding and are still underway in Kiev, Donetsk, Kharkov and other Ukrainian cities. Naturally, we could not leave this plea unheeded; we could not abandon Crimea and its residents in distress. This would have been betrayal on our part.” (PUTIN, 2014)

Neste excerto, o fato de recorrer à Rússia envolve um reconhecimento duplo tanto de que a identidade pluriétnica da Crimeia seria respeitada pelo Estado russo quanto da capacidade do Estado de arrogar para si direitos especiais sobre a região por ser a grande potência regional e o fato de envolver sua população. Dessa forma, é possível notar que a argumentação de Putin envolve um senso de dever tanto no sentido de uma soberania transterritorial quanto na retórica de que são o mesmo povo e que, no fim das contas, a Crimeia sempre foi parte do território russo.

3.3 Discurso 2015:

Trata-se do discurso proferido pelo presidente russo Vladimir Putin na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 de setembro de 2015, cuja pauta principal foi a guerra civil na Síria. Apesar de a audiência primária ser as delegações dos Estados-membros da ONU, este discurso teve, sem dúvida, uma contribuição importante para a aprovação do senado russo dois dias depois de uma intervenção na referida guerra. Logo, é possível depreender a tese de que, em regimes não democráticos, a securitização tem um papel fundamental para a legitimação desse regime diante da própria elite política que o sustenta. Logo, atuam tanto como audiência quanto como agente funcional no processo de securitização.

Contudo, embora o ato securitizador tenha acontecido posteriormente, a vertente de securitização é a de legitimação de atos passados, ou de reprodução da segurança, no qual tem como objetivo perlocucionário reproduzir alguns argumentos do discurso de 2007 para justificar atos que seriam considerados ilegítimos pela opinião pública internacional. O ponto ilocucionário utilizado é predominantemente assertivo, com o objetivo de explicar de que forma a ordem unipolar contribuiu para a crise no Oriente Médio.

A estrutura de securitização, portanto, se baseia em três atos discursivos: a reivindicação, o alerta e a explicação.

Assim, o primeiro ato consiste em afirmar que os vácuos de poder em alguns países do Oriente Médio e do norte da África se devem à governança da ordem unipolar ocidental. Isso se deve à tentativa de exportar revoluções “democráticas” para essa região, culminando em violência e pobreza ao invés de democracia e progresso.

“I’m urged to ask those who created this situation: do you at least realize now what you’ve done? But I’m afraid that this question will remain unanswered, because they have never abandoned their policy, which is based on arrogance, exceptionalism and impunity.” (RÚSSIA, 2015)

O alerta de Putin é para a expansão e o fortalecimento do terrorismo. Ele argumenta que o financiamento de grupos extremistas para a deposição de regimes políticos é o meio pelo qual organizações terroristas se formam e ganham força, e avisa que se não houver um apoio aos grupos legítimos no conflito, o terrorismo pode se tornar uma ameaça global.

“The situation is extremely dangerous. In these circumstances, it is hypocritical and irresponsible to make declarations about the threat of terrorism and at the same time turn a blind eye to the channels used to finance and support terrorists, including revenues from drug trafficking, the illegal oil trade and the arms trade.” (RÚSSIA, 2015)

Quanto à explicação, é possível observar que o orador utiliza o argumento do fim da crise migratória para defender a ideia de se fortalecer as autoridades governamentais até então vigentes naquele território a fim de que haja uma estabilização política e, posteriormente, uma recuperação social e econômica.

“I would like to stress that refugees undoubtedly need our compassion and support. However, the only way to solve this problem for good is to restore statehood where it has been destroyed, to strengthen government institutions where they still exist, or are being reestablished, to provide comprehensive military, economic and material assistance to countries in a difficult situation, and certainly to people who, despite all their ordeals, did not abandon their homes” (PUTIN, 2015)

- **Apelo à história e cultura comuns:**

“The 70th anniversary of the United Nations is a good occasion to both take stock of history and talk about our common future. In 1945, the countries that defeated Nazism joined their efforts to lay a solid foundation for the postwar world order. Let me remind you that key decisions on the principles defining interaction between states, as well as the decision to establish the UN, were made in our country, at the Yalta Conference of the leaders of the anti-Hitler coalition.” (PUTIN, 2015)

É perceptível até aqui que o discurso de Putin se inicia com um apelo a alguma referência do passado que conecte o agente securitizador e a audiência a fim de construir uma aceitação dos seus argumentos desde o início da argumentação.

Nesse discurso, Putin associa a “coalizão anti-Hitler”, definida na Conferência de Yalta, na atual Rússia, a uma nova necessidade de união contra um novo inimigo, o terrorismo. Tendo ciência de que há pouca identificação a ser explorada entre as potências do CSNU naquela ocasião, tendo em vista a anexação da Crimeia e as sanções econômicas aplicadas à Rússia no ano anterior, o estadista defende que se reconheça as diferenças que há entre os Estados-membros da ONU, de que isso faz parte da sua história e que isso não a torna menos eficiente no processo decisório.

Diante da audiência internacional, o discurso de Putin se flexibiliza quanto à soberania e à independência de sua política para uma retórica mais cooperativa e de identidade europeia, visto que o objetivo é fazê-los acreditar que querem a mesma coisa, que estão em busca do mesmo objetivo. *“However, it is not about Russia 's ambitions, dear colleagues, but about the recognition of the fact that we can no longer tolerate the current state of affairs in the world.”* (PUTIN, 2015)

- **Apelo ao direito internacional:**

O discurso é bastante focado no papel da ONU para a resolução dos problemas globais visto que é o órgão que ainda manteve a legitimidade da Rússia como grande potência e como membro permanente do Conselho de Segurança e que não está totalmente alinhada ao discurso hegemônico propagado pelo bloco ocidental. A assembleia-geral é o meio por meio do qual seria possível convencer um maior número de Estados do argumento apresentado pela Rússia, podendo converter isso em influência política no futuro.

No entanto, o sucesso deste processo de securitização é muito difícil considerando a dinâmica de uma ordem unipolar, onde a hegemonia norte-americana acabou “atropelando” as resoluções das Nações Unidas em prol dos seus interesses. Portanto, o presidente alerta para um possível colapso na arquitetura das relações internacionais (aqui se referindo à “sobrevivência” da ONU) caso esta continue a se desenvolver a partir de um consenso induzido ou imposto.

“Russia is ready to work together with its partners to develop the UN further on the basis of a broad consensus, but we consider any attempts to undermine the legitimacy of the United Nations as extremely dangerous. They may result in the collapse of the entire architecture of international relations, and then indeed there will be no rules left except for the rule of force.” (PUTIN, 2015)

Putin tenta convencer a audiência com um discurso muito mais integrador e pacífico do que no discurso de 2007, como um apelo à paz mundial e à cooperação contra uma ameaça global. Ao mesmo tempo, critica a falta de cooperação por parte do ocidente ao afirmar que as sanções econômicas impostas por motivações políticas ferem a Carta das Nações Unidas.

“The situation is extremely dangerous. In these circumstances, it is hypocritical and irresponsible to make declarations about the threat of terrorism and at the same time turn a blind eye to the channels used to finance and support terrorists, including revenues from drug trafficking, the illegal oil trade and the arms trade”
(PUTIN, 2015)

Todo este apelo ao direito internacional tem como objetivo o de convencer a opinião pública internacional de que a Síria nas mãos do Estado Islâmico ou dos EUA traria consequências dramáticas para a segurança internacional. Por outro lado, havia a intenção por parte do regime russo de manter os governos locais por serem seus aliados, importantes peças na geopolítica russa. Fato é que o orador entende que a violação da soberania traz uma importante vantagem para as organizações terroristas.

O recurso histórico da coalizão de Yalta para promover a cooperação reflete um regime já fragilizado economicamente e que não teria condições de defender a soberania de seus aliados por conta própria. Além disso, é um discurso que não se harmoniza com o que é defendido no cenário interno do governo Putin, e que, por conseguinte, não houve uma tentativa de legitimação na audiência doméstica haja vista o grande apoio conquistado na anexação da Crimeia, podendo os ataques aéreos à Síria serem interpretados como um maior protagonismo da Rússia no cenário internacional.

- **Apelo à proteção dos nacionais no exterior:**

“Russia has always been consistently fighting against terrorism in all its forms. Today, we provide military and technical assistance both to Iraq and Syria and many other countries of the region who are fighting terrorist groups” (PUTIN, 2015). Esta é a afirmação mais próxima do que poderia se relacionar com este tópico, e a que justifica a proposta de apoiar o regime de Assad na Síria. Putin encara o terrorismo como um ato que visa eliminar não apenas o governo vigente, mas toda a estrutura estatal e, num sentido mais amplo, toda a concepção de nação existente numa população. Ao afirmar que possui experiência no combate ao terrorismo, Putin se refere a uma insurreição no norte do Cáucaso durante a segunda guerra chechena, sendo que havia também a presença de uma população mulçumana (BLAKKISRUD, 2023). É fundamental inferir que se trata, inclusive, de um choque civilizacional, onde os valores que não se harmonizam com a unidade cultural russa. No caso da Síria, o que se observa é a visão

de “world of worlds” que se relacionam pacificamente, mas que possuem seus próprios valores e políticas. Este caso é emblemático para mostrar que a soberania que Putin defende para o “mundo russo” também deve ser aplicada a todos os “mundos”. Assim como a “civilização” islâmica, a influência da ordem internacional liberal tem trazido sérias consequências para as suas populações, e é preciso estabelecer um limite nesta influência a fim de preservar a cultura e os valores dos povos.

3.4 Discurso 2022:

O discurso que anuncia a invasão à Ucrânia em 2022 pode ser interpretado tanto como a securitização de um ato futuro quanto como uma ferramenta discursiva de dissuasão, porém, é possível observar uma maior preponderância de elementos da segunda vertente de securitização. Relativo a isto, tem-se como audiência a própria ameaça, tendo em vista que seria o bloco de países que compõem a Organização do Tratado do Atlântico Norte, e tem por sua vez a centralidade do discurso.

Ao contrário dos anteriores, o aspecto ilocucionário deste texto é seguido por uma declaração, que traz à tona toda a conjuntura (*state of affairs*) para a reivindicação. O objetivo é repelir a ameaça através do efeito dissuasivo de uma possível ação futura.

Na securitização dissuasiva presente no texto, a ameaça se dá no nível internacional, onde Putin reivindica que a Rússia está sendo seriamente ameaçada pela expansão da OTAN que os enxerga como inimigos. As razões para isso seriam a manutenção da mentalidade da Guerra Fria e a ambição pelo domínio global que impedem qualquer possibilidade de um acordo pacífico, apesar do esforço russo ao longo dos últimos 30 anos. Putin reitera as violações às normas do direito internacional por parte da hegemonia estadunidense nas intervenções na Iugoslávia, no Iraque, na Líbia, e na Síria, e justifica, ao contrário, que as intervenções russas foram baseadas sempre em ameaças sérias ao seu Estado.

O alerta seria de que, para a Rússia, a adesão da Ucrânia à OTAN se constitui numa ameaça à sobrevivência da Rússia. Putin afirma estar protegendo sua terra-mãe da influência estrangeira e da perda de identidade e dos valores que fazem parte da cultura russa. O elemento persuasivo estaria no fato de que não haveria nada que impedisse os Estados Unidos de fazer isso, já que mesmo se constituindo como um “império de mentiras”, seus subordinados aplaudem e apoiam todas as decisões. Assim, o presidente conclui que a invasão dos ideais ocidentais destruiria os valores tradicionais e levaria a população à degeneração.

A seção da declaração consiste na seguinte proposição: a Rússia executará uma operação militar especial na Ucrânia. O falante se vê numa posição de poder para declarar tal

feito, e isso se deve tanto a sua legitimidade enquanto presidente eleito quanto sua suposta obediência às normas do direito internacional.

“In this context, in accordance with Article 51 (Chapter VII) of the UN Charter, with permission of Russia’s Federation Council, and in execution of the treaties of friendship and mutual assistance with the Donetsk People’s Republic and the Lugansk People’s Republic, ratified by the Federal Assembly on February 22, I made a decision to carry out a special military operation.” (PUTIN, 2022)

Contudo, o efeito intimidador do status de segurança pode dissuadir sem recorrer a procedimentos especiais, e não foi o que aconteceu. Esse discurso tem o detalhe da declaração de ataque ser logo seguida pela hostilidade. O marco temporal estaria muito mais próximo do presente e envolveria uma dimensão mais real de ato securitizador do que a dissuasão prometeria. Por essa razão, vale destacar sua semelhança com a securitização de atos futuros.

Neste tipo, o objetivo é justificar ações que, do contrário, seriam consideradas ilegítimas pelos avaliadores de legitimidade, como eleitores, jornalistas, forças armadas e a cúpula do governo. Esse campo da justificação é importante porque apresenta a própria razão do discurso existir nesse contexto. A fim de convencer a opinião pública nacional e internacional, o conteúdo está muito envolto na proteção dos seus nacionais e no direito internacional.

Seu ponto ilocucionário é diretivo, ou seja, tenta levar a audiência a realizar o curso de ação representado pela proposição. Os três atos discursivos são reivindicação, ameaça e solicitação. Nesta última, trata-se de um pedido para que aceitem o ataque à Donbass a fim de que a ameaça não venha se concretizar. Esta ameaça já se encontra num nível regional, onde a Ucrânia estaria buscando apoio militar russo para se projetar para a Crimeia.

Com base nisto, a reivindicação nesta vertente seria que o governo ucraniano, supostamente nazista, está cometendo genocídio na região de Donbass, algo já mencionado em seu discurso de 2014, quando afirmou que o governo que assumiu a Ucrânia após a revolução *Maidan* é russofóbico e nazista. Ao contrário dessa fala, Putin não destaca as evidências para provar que seu argumento é verdadeiro, mas apenas uma reprodução da securitização de 2014 com o intuito de afirmar que a retaliação prometida oito anos antes está prestes a acontecer.

O alerta seria a recuperação do território da Crimeia pela Ucrânia pelo uso da força, sustentada pelo apoio ocidental. A razão para se acreditar nisso é o desejo da Ucrânia de ingressar na OTAN quando não haveria razão alguma para temer uma ofensiva russa tendo em vista o respeito que a Rússia tem pela autodeterminação dos povos das ex-repúblicas soviéticas, de acordo o Vladimir Putin. Além disso, argumenta que não seria algo desejável para seu inimigo porque a Rússia responderia de forma dura. Quanto à audiência interna, ele enfatiza a

permanência do sofrimento do povo russo que vive na região de Donbass e o risco da Crimeia perder a sua liberdade caso não seja feito nada, logo, é do interesse da população russa tanto dentro quanto fora do seu território lutar por liberdade e justiça.

Finalmente, no que diz respeito ao ato discursivo de solicitar uma ação legítima futura, a proposição é a de que a Ucrânia empreenderá uma ação contra a região da Crimeia e ameaçar a segurança do sul da Rússia. Para defender isso, ele acredita que a ordem unipolar é capaz de apoiar uma ação desta magnitude tendo em vista as outras intervenções que ocorreram no passado e a falta de “freios” institucionais para os impedir de intervir na Crimeia. Por outro lado, há uma dificuldade de se conceber esta possibilidade visto que, em condições normais, a OTAN não empreenderia hostilidades com a Rússia diretamente por conta do temor de uma retaliação nuclear, porém, Putin recorre à visão que ainda se tem da Rússia como herdeira da URSS, isto é, como inimiga, e que o dilema de segurança vai permanecer.

- **Apelo à história e cultura comuns:**

O discurso de 2022 se diferencia dos outros pronunciamentos que o presidente faz à nação russa visto que ele não iniciou seu discurso tratando da identidade nacional e cultural do seu povo, como um apelo ideológico para legitimar o ato. No entanto, é possível identificar traços do “putinismo” presentes no texto.

“Properly speaking, the attempts to use us in their own interests never ceased until quite recently: they sought to destroy our traditional values and force on us their false values that would erode us, our people from within, the attitudes they have been aggressively imposing on their countries, attitudes that are directly leading to degradation and degeneration, because they are contrary to human nature. This is not going to happen. No one has ever succeeded in doing this, nor will they succeed now.” (PUTIN, 2022)

Neste trecho, é possível identificar uma crítica mais clara aos valores ocidentais e uma demonstração do que seria a democracia soberana de Putin. Esta consiste em assimilar o regime enquanto governo da maioria, com a presença de instituições que promovem a participação popular, porém, com a necessidade de que este regime seja mais centralizado do que o convencional a fim de proteger a identidade e a coesão nacional diante de ideias que podem ser consideradas subversivas. Putin provavelmente está se referindo a um efeito “negativo” do progressismo em algumas culturas orientais que é a maior flexibilidade moral e sexual, tendo como principal alvo de crítica por parte do regime russo o movimento LGBTQIA+. Logo, há a defesa de valores comuns à maioria e que deve ser defendida no campo da soberania nacional.

“I am asking you, however hard this may be, to understand this and to work together with us so as to turn this tragic page as soon as possible and to move forward

together, without allowing anyone to interfere in our affairs and our relations but developing them independently, so as to create favourable conditions for overcoming all these problems and to strengthen us from within as a single whole, despite the existence of state borders. I believe in this, in our common future.” (PUTIN, 2022)

Neste fragmento, também é possível verificar o apelo que o presidente russo faz aos ucranianos, pedindo a eles para que se firmem nos seus valores comuns e estabeleça relações de forma independente. Nesta ocasião, o orador está se dirigindo ao povo ucraniano numa linguagem dissuasiva, tentando apresentá-los uma saída para evitar a agressão russa e que possam viver harmoniosamente. Além disso, Putin se dirige à Ucrânia argumentando que toda essa tensão entre os dois países é culpa dela e que cabe a este Estado escolher entre não ingressar na OTAN e não ser atacado ou ser hostil à Rússia e sofrer as consequências.

Ao fim do discurso, Putin se dirige à população com a eloquência de um líder que prepara suas tropas para a guerra. Nesse caso, refere-se à proteção da sua 'terra-mãe' como uma herança deixada por seus ancestrais, assim como seus valores e cultura, e promete que a Rússia prevalecerá. Isso nos remete à securitização de atos futuros, visto que a avaliação desta operação só será aceita como legítima se for não só bem-sucedida, mas que melhore a condição da Rússia de alguma forma.

- **Apelo ao direito internacional:**

“Of course, practice, international relations and the rules regulating them had to take into account the changes that took place in the world and in the balance of forces. However, this should have been done professionally, smoothly, patiently, and with due regard and respect for the interests of all states and one’s own responsibility. Instead, we saw a state of euphoria created by the feeling of absolute superiority, a kind of modern absolutism, coupled with the low cultural standards and arrogance of those who formulated and pushed through decisions that suited only themselves. The situation took a different turn.” (PUTIN, 2022)

Putin inicia seu pronunciamento se referindo à ordem pós-1945, e este excerto ilustra de forma clara o problema levantado por Putin. Não se trata de um revanchismo com relação aos Estados Unidos e ao bloco capitalista, mas a uma denúncia da falta de compromisso da ordem internacional com os princípios que regem a Carta das Nações Unidas, tais como a autodeterminação dos povos e o respeito às resoluções elaboradas pela Assembleia ou pelo Conselho de Segurança.

“There are many examples of this. First a bloody military operation was waged against Belgrade, without the UN Security Council’s sanction but with combat aircraft and missiles used in the heart of Europe. The bombing of peaceful cities and

vital infrastructure went on for several weeks. (...) The illegal use of military power against Libya and the distortion of all the UN Security Council decisions on Libya ruined the state, created a huge seat of international terrorism, and pushed the country towards a humanitarian catastrophe, into the vortex of a civil war, which has continued there for years.” (PUTIN, 2022)

Putin expõe exemplos tais como as intervenções na Iugoslávia e na Líbia para fundamentar a sua tese, e conclui que a promessa de não expandir a OTAN para o Leste foi mais uma mentira e uma demonstração da hipocrisia da ordem política ocidental. O grande problema encontrado por Putin é que a percepção de ameaça, de democracia e de liberdade não é baseada no direito internacional, mas na retórica de uma hegemonia, que constrói narrativas enquanto os outros apenas a reproduzem sem questionar sua veracidade. Desse modo, não é possível discutir e argumentar nos mesmos termos porque já foi definido na opinião pública internacional de que a ameaça parte do mundo autocrático e não civilizado oriental.

Houve um esforço por parte dos governos de Yeltsin e Putin de provar que a Rússia é um Estado democrático e livre, e que está disposto a cooperar com o Ocidente. No entanto, como já foi apresentado anteriormente, a ausência de uma descontinuidade com o regime soviético e a presença da mesma elite política e econômica são fatores que tornam inconcebível, na visão ocidental, considerar esta uma democracia nos padrões liberais. Apesar desta herança ainda ser significativa na vida política russa e o próprio presidente Putin ter contribuído para minar a democracia no país nos anos 2000, não houve tanto interesse por parte do Ocidente em alterar seu imaginário de segurança com relação ao Leste tendo em vista o seu *status* de potência nuclear, sua posição enquanto membro permanente no CSNU e o baixo nível de penetração dos valores hegemônicos na cultura política russa.

- **Apelo à proteção dos nacionais no exterior:**

“Let me remind you that in 2000–2005 we used our military to push back against terrorists in the Caucasus and stood up for the integrity of our state. We preserved Russia. In 2014, we supported the people of Crimea and Sevastopol. In 2015, we used our Armed Forces to create a reliable shield that prevented terrorists from Syria from penetrating Russia. This was a matter of defending ourselves. We had no other choice.” (PUTIN, 2022)

Putin lembra que as razões pelas quais o Estado russo interveio em outras ex-repúblicas soviéticas visavam a defesa da integridade territorial e da soberania russa. O combate ao terrorismo nos dois discursos voltados para o público externo, a Conferência de Munique e na Assembleia Geral da ONU, e o combate à russofobia e ao nazismo nos discursos dirigidos à

população russa ilustram a tentativa de persuadir a audiência de que todas essas medidas são feitas em nome do povo e em benefício dele.

“The purpose of this operation is to protect people who, for eight years now, have been facing humiliation and genocide perpetrated by the Kiev regime. To this end, we will seek to demilitarise and denazify Ukraine, as well as bring to trial those who perpetrated numerous bloody crimes against civilians, including against citizens of the Russian Federation.” (PUTIN, 2022)

A guerra na Ucrânia gira em torno de três países que são considerados o “hardcore Russian world”: as regiões sul e sudeste da Ucrânia, Belarus e Rússia (SUSLOV, 2018). A operação militar empreendida pela Rússia tem como objetivo recuperar o território que seria pertencente ao mundo russo, mas que está sob o domínio da Ucrânia, que seria Donbass, Lugansk, Donetsk e Crimeia, a fim de atender aos direitos da população de maioria russa que habita nessas regiões. Por outro lado, é visível a necessidade de que, para obter sucesso nesta operação, é preciso combater o regime ucraniano vigente sob a justificativa de que é genocida e nazista. O apelo geopolítico, ao contrário do discurso de 2014, não está mais tão focado nos valores compartilhados entre a população local afetada e a Rússia, mas na afirmação de uma zona de influência que pertence exclusivamente à grande potência regional e que necessita da conquista territorial a fim de eliminar a ameaça atual e prevenir o fortalecimento da ameaça potencial futura.

É importante, por conseguinte, ressaltar quais foram os resultados obtidos nesta breve análise de discursos. Em primeiro lugar, no discurso da conferência de Munique, pode-se dizer que tal ato discursivo foi um divisor de águas nas relações com os EUA após a Guerra Fria. Ali, diante de um contexto bastante favorável para a Rússia, ela se projeta como uma grande potência energética e como um potencial aliado para a ordem unipolar, mas apresentando algumas críticas relevantes a esta. Em segundo, no discurso crimeano, já há uma mudança considerável tendo em mente a recessão econômica, os protestos de 2011 e a recente revolução *Maidan* na Ucrânia. Nela, já há um apelo mais forte para a proteção da soberania nacional, tanto em termos fronteiriços com a expansão da OTAN quanto pela presença da etnia russa fora do seu território de origem estando ameaçada.

Em terceiro, no discurso da ONU, é notável destacar que, mesmo se tratando de uma intervenção em uma zona não transfronteiriça, há a presença dos três apelos utilizados para a consecução desta análise. Ali, há uma maior hostilidade contra a hegemonia norte-americana e uma nova tentativa de promover a imagem da Rússia como uma potência revisionista e relevante para resolver as questões de segurança internacional. É, inclusive, possível, observar

a construção de uma nova “cortina de ferro” entre o mundo liberal-democrático e o mundo nacionalista-autoritário, uma melhor delimitação da zona de influência russa como um “novo” polo de poder. Por último, o discurso que anuncia a operação militar especial na Ucrânia marca a ruptura completa entre os dois polos, a consolidação do putinismo enquanto uma ideologia e a concretização do ato securitizador, com consequências potencialmente desastrosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho explorou a história política recente da Rússia com o intuito de introduzir o leitor e habilitá-lo a compreender a análise de securitização realizada. Os parâmetros de análise, genericamente chamados de apelos, foram selecionados com base na reflexão teórica que havia sido feita anteriormente.

O apelo à história e cultura comuns tem relação com a evolução ideológica do regime atual por conta da maior necessidade de se propor uma solução para a crise de identidade instaurada na sociedade russa após a dissolução da União Soviética. Nota-se como a referência à identidade europeia da Rússia foi diminuindo em seus discursos à medida que as tensões se acirraram entre Estados Unidos e Rússia a indiferença quanto à cooperação deu lugar às sanções econômicas enquanto que o discurso conservador de um caminho especial para a Rússia se desenvolver, com base nos valores tradicionais do povo russo que os distingue de todas as outras civilizações e que cabe ao Estado russo, governado pela maioria da população, defender e promover esta moral dentro e fora do seu território natal.

O apelo ao direito internacional dialoga com a natureza do regime político presente na Rússia. A forma como os governos de Yeltsin e Putin constroem as instituições a concepção de nação da Rússia, apesar do forte legado soviético, contribuem para sustentar o argumento de que a Rússia é um regime plenamente democrático, de que não haveria razão para tanta desconfiança e para os ver como inimigos e de que o regime defende a autodeterminação e a independência dos Estados vizinhos. Pode-se verificar que tal apelo é feito com uma maior intensidade em comparação à primeira década do século 21 tendo em vista que a própria política externa de Putin se torna mais participativa nas questões globais, o que acompanha a maior centralização do poder político nas mãos do líder de Estado.

Já o apelo à proteção dos nacionais está conectado com a necessidade de se trazer uma resposta por meio da geopolítica para a crise de identidade presente no povo russo, tendo em vista que grande parte da sua população estaria dispersa em outros territórios e que não eram vistas como semelhantes às populações locais por conta de todo o passado autoritário e

centralizador da URSS. Assim, tal dispersão foi sendo instrumentalizada de diversas formas pelo Estado russo que buscou promover uma política externa mais austera na região pós-soviética por meio da defesa dos seus nacionais contra violações de Direitos Humanos cometidas contra eles no “exterior próximo”. O que se percebe enquanto mudança social no imaginário de segurança russa é a adoção de uma posição mais territorialista, irredentista e etnocêntrica em comparação com a proposta inicial dos anos 90, e pode-se dizer que a grande virada se deu com as revoluções coloridas no leste Europeu, onde a Rússia se viu numa situação de vulnerabilidade e de disputa com outro polo de poder que havia demonstrado uma “atratividade” maior do que o eurasionismo. Em consonância com este fracasso, está a adoção de uma postura que envolve menos a aprovação da população para uma ação unilateral que alega ser a vontade da maioria e que tem na demonstração de força seu principal fundamento.

Há, ainda, a possibilidade de se comparar os discursos nos níveis nacional e internacional. Relativo ao primeiro, o discurso de 2014 teve um apelo mais forte à proteção dos nacionais no exterior do que à potencial adesão da Ucrânia na OTAN. Já no discurso de 2022, o último se sobrepõe ao primeiro porque serviria como o suporte necessário para que o governo russo recuperasse o território da Crimeia e instalasse tropas ocidentais junto à fronteira do sul da Rússia, além da tomada da base de Sevastopol. Desse modo, é possível notar como a demanda interna e externa passam a ser uma só na medida em que a percepção de ameaça vai se tornando cada vez mais palpável para as elites e massas russas, e isso já reflete também a necessidade de se apelar para a política externa tendo em vista a recessão econômica no país causada pelas sanções econômicas.

No que concerne ao segundo, é possível observar uma diminuição do tom do presidente russo ao comparar os discursos de 2007 e 2015. No primeiro, há uma tentativa de associar a Rússia à identidade europeia, enquanto, no último, ele destaca a possibilidade de abrir mão das diferenças e lutar juntos contra um inimigo comum. A postura do estadista na Assembleia da ONU é de descrença quanto à produção do efeito desejado na audiência e de cautela para evitar uma maior escalada nas tensões e um maior isolamento do país no comércio internacional. No âmbito do direito internacional, não há uma ênfase na defesa de valores liberais no discurso de 2015, mas sim somente na Carta das Nações Unidas, como o único elo restante de concordância entre a Rússia e a ordem ocidental. Quanto à proteção dos nacionais no exterior, é possível enxergar que o modelo não-intervencionista e soberano de ordem internacional começa a de fato se conectar com a política externa russa na sua região. Em outras palavras, trata-se da construção, em termos discursivos, de uma nova realidade social onde se faz presente um pólo

de poder que declaradamente não apenas rejeita integrar-se na ordem internacional liberal, mas também tem uma política própria de não-intervenção e autodeterminação em outras regiões, mas mantendo a sua hegemonia no seu “mundo”.

A mudança social que se mostra na análise discursiva deste trabalho teve como grande contribuição observar como se deu o processo de securitização em dois momentos: a transição para um regime democrático e a atual transição para um regime autocrático. A mudança no cenário político russo ao longo das últimas décadas permite observar que a natureza do regime tem impacto sobre os processos de securitização. Num regime não democrático, há um maior temor quanto à origem da ameaça, que passa a ser mais provável devido à falta de uma legitimidade que transcenda o poder do governante (o constitucionalismo ou a teocracia, por exemplo), logo, mais temas são incluídos na agenda de segurança e a linha que separa a politização da securitização torna-se mais tênue. A audiência, em autocracias, passa a envolver muito mais aqueles setores da sociedade que possuem uma influência política forte do que na soberania popular, porque é necessário estabelecer tantas propagandas positivas sobre o regime quanto forem possíveis.

Além disso, a delimitação da fronteira entre o “eu” e o “outro” torna-se ainda mais definida com o objetivo de enquadrar qualquer oposição (externa ou interna) dentro dessa dicotomia. A intenção discursiva passa também a ser mais ampla nos regimes autoritários pela necessidade do governo de demonstrar força, estabilidade e legitimidade, visto que a agenda securitária é um dos pilares de justificação do regime. Assim, é fundamental notar que a securitização passa a ter uma relevância muito maior em autocracias, tendo em vista que se trata de um processo de transformar um estado de exceção numa condição normal para a audiência.

Dessa forma, nota-se que o sucesso da securitização de Putin que culminou num grande apoio de sua população até a invasão à Ucrânia em 2022 se deve a arranjos argumentativos que conformam esses três apelos em busca da justificação das agressões e da percepção da expansão da OTAN e da UE para o Leste como uma ameaça ao modo de vida do “mundo russo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVERRE, Derek. " Sovereign Democracy" and Russia's Relations with the European Union. **Demokratizatsiya**, v. 15, n. 2, 2007.

BALZACQ, Thierry. Constructivism and securitization studies. In: **The Routledge handbook of security studies**. Routledge, 2009. p. 72-88.

BALZACQ, Thierry. Securitization theory. **How security problems emerge and dissolve**, 2011.

BLAKKISRUD, Helge. Russkii as the new Rossiiskii? Nation-building in Russia after 1991. **Nationalities Papers**, v. 51, n. 1, p. 64-79, 2023.

BOGDANOV, Alexey. Contested "Logic of Anarchy" in the Post-Soviet Space: The "Near Abroad" Faces Russia's Power. **Problems of Post-Communism**, v. 68, n. 6, p. 487-497, 2021.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

CASULA, Philipp. Sovereign democracy, populism, and depoliticization in Russia: Power and discourse during Putin's first presidency. **Problems of post-Communism**, v. 60, n. 3, p. 3-15, 2013.

FEKLYUNINA, Valentina. Soft power and identity: Russia, Ukraine and the 'Russian world (s)'. **European Journal of International Relations**, v. 22, n. 4, p. 773-796, 2016.

GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. **Comparative political studies**, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, 2007.

GEDDES, Barbara; WRIGHT, Joseph; FRANTZ, Erica. Autocratic breakdown and regime transitions: A new data set. **Perspectives on politics**, v. 12, n. 2, p. 313-331, 2014.

GRAZIOSI, Andrea. The Weight of the Soviet Past in Post-1991 Russia. **Journal of Cold War Studies**, v. 23, n. 1, p. 89-125, 2021.

KIRYUKHIN, Denys; SHCHERBAK, Svitlana. The People, Values, and the State: How Vladimir Putin's Views on Ideology Evolved. **Studia Politica: Romanian Political Science Review**, v. 22, n. 1, 2022.

KORTUKOV, Dima. 'Sovereign Democracy' and the Politics of Ideology in Putin's Russia. **Russian Politics**, v. 5, n. 1, p. 81-104, 2020.

KUMAR, Rajan. Russia's foreign policy: an overview of 25 years of transition. **International Studies**, v. 53, n. 3-4, p. 210-226, 2016.

RÚSSIA. Presidente (1999-hoje: Vladimir Vladimirovich Putin). Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy. Munique, 10/02/2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/copy/24034>. Acesso em: 10/05/2023.

RÚSSIA. Presidente (1999-hoje: Vladimir Vladimirovich Putin). Address by President of the Russian Federation. Moscou, 18/03/2014. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>. Acesso em: 11/05/2023.

RÚSSIA. Presidente (1999-hoje: Vladimir Vladimirovich Putin). Putin's U.N. General Assembly speech. Nova York, 15/09/2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/28/read-putins-u-n-general-assembly-speech/>. Acesso em: 11/05/2023.

RÚSSIA. Presidente (1999-hoje: Vladimir Vladimirovich Putin). Transcript of Vladimir Putin's speech announcing 'special military operation' in Ukraine. Moscou, 24/02/2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/28/read-putins-u-n-general-assembly-speech/>. Acesso em: 14/05/2023.

SHEVTSOVA, Lilia. Post-communist Russia: a historic opportunity missed. **International Affairs**, v. 83, n. 5, p. 891-912, 2007.

SKLADANOWSKI, Marcin. The myth of Russian exceptionalism: Russia as a civilization and its Uniqueness in Aleksandr G. Dugin's Thought. **Politics, Religion & Ideology**, v. 20, n. 4, p. 423-446, 2019.

STRITZEL, Holger. Security, the translation. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4-5, p. 343-355, 2011.

SUSLOV, Mikhail. Russian World" concept: Post-Soviet geopolitical ideology and the logic of "spheres of influence. **Geopolitics**, v. 23, n. 2, p. 330-353, 2018.

VUORI, Juha A. Illocutionary logic and strands of securitization: Applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders. **European journal of international relations**, v. 14, n. 1, p. 65-99, 2008.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, p. 22, 1997.